

[I]

Capítulo II

Segunda parte do título desta *História*; convidam-se os Portugueses à lição dela

[...]

Portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó Portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o Mundo ao mesmo Mundo. Assim como leíeis então aquelas vossas histórias, lede agora esta minha, que também é toda vossa. Vós descobristes ao Mundo o que ele era, e eu vos descubro a vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo. Maior cabo, maior esperança, maior império.

Naqueles ditos tempos (mas menos ditos que os futuros) nenhuma cousa se lia no Mundo senão as navegações e conquistas de Portugueses. Esta história era o silêncio de todas as historias. Os inimigos liam nela suas ruínas, os émulos suas invejas e só Portugal suas glórias. Tal é a *História*, Portugueses, que vos presento, e por isso na língua vossa. Se se há-de restituir o Mundo à sua primitiva inteireza e natural formosura, não se poderá consertar um corpo tão grande, sem dor nem sentimento dos membros, que estão fora de seu lugar. Alguns gemidos se hão-de ouvir entre vossos aplausos, mas também estes fazem harmonia. Se são dos inimigos, para os inimigos será a dor, para os émulos a inveja, para os amigos e companheiros o gosto e para vós então a glória, e, entretanto, as esperanças.

Capítulo III

Terceira parte do título e divisão de toda a *História*

[...]

Divide-se a *História do Futuro* em sete partes ou livros: no primeiro se mostra que há-de haver no Mundo um novo império; no segundo, que império há-de ser; no terceiro, suas grandezas e felicidades; no quarto, os meios por que se há-de introduzir; no quinto, em que terra; no sexto, em que tempo; no sétimo, em que pessoa. Estas sete cousas são as que há-de examinar, resolver e provar a nova *História* que escrevemos do Quinto Império do Mundo.

Mas porque esta palavra *Mundo*, nos ambiciosos títulos dos impérios e imperadores, costuma ter maior estrondo na voz que verdade na significação, será bem que digamos neste lugar o que o título da nossa *História* entende por *Mundo*.

Os Faraós do Egipto, e também os Ptolemeus que lhes sucederam, de tal maneira mediam a estreiteza de suas terras pela arrogância e inchação de seus vastos pensamentos, que, dominando somente aquela parte não grande da extrema África, que jaz entre os desertos de Numídia e os do Mar Vermelho, não duvidavam intitular-se *Josés do Mundo*¹. [...] Imitavam a soberba de seu soberbo Nilo, que, quando sai ao mar, se espria em sete bocas, como se foram sete rios, sendo um só rio; assim era aquele império, e os demais chamados *do Mundo*, maiores sempre nas vozes que no corpo e grandeza.

Do império dos Assírios temos nas divinas letras uma provisão lançada no III capítulo do Profeta Daniel e mandada expedir pelo grande Nabucodonosor, cujo exórdio é este: *Nabuchodonosor, rex omnibus populis, gentibus et linguis, qui habitant in universa terra*: «Nabucodonosor, rei, a todos os povos, gentes e línguas, que habitam em todo o Mundo.» [...] Contudo, se lançarmos os compassos às terras que obedeciam a Nabucodonosor, acharemos que da Ásia então conhecida tinha uma boa parte, da África pouco, da Europa menos e do resto do Mundo nada. Mas bastavam estes três retalhos da terra para a soberba de Nabucodonosor revestir os títulos de seu império com o nome estrondoso de *todo o Mundo*. Tão grande era a significação dos nomes, e tanto menos o que significavam!

Do império de Assuero (que era o dos Persas) diz o Texto Sagrado no primeiro capítulo da história de Ester que se estendia da Índia até à Etiópia, obedecendo àquela coroa 127 províncias. Esta era a demarcação das terras e estes os limites do império, mas os títulos não tinham limite. [...] De maneira que os reis persas, por serem senhores de 127 províncias, passaram provisões e decretos a todo o Mundo; mas quem desenrolasse o mapa do Mundo, e pusesse sobre ele os pergaminhos destas provisões, veria facilmente que o Mundo, sem demasiado encarecimento, é cento e vinte e sete vezes maior que o império persiano: tão pouco se proporcionava a geografia dos títulos com a medida dos impérios!

Que direi do império dos Romanos? Os termos que lhe sinalam seus escritores são as raias do Mundo: [...]. Tal era a opinião que Roma tinha de sua grandeza e tal o estilo que guardava em seus edictos: [...].

¹ Por *Josés do Mundo* entender-se-á *salvadores do Mundo*, sabido como foi este o apelido que em língua egípcia se deu a José. [...]

Mandou Augusto César matricular e alistar seu império, e dizia o edicto: Aliste-se o Mundo. Mas, se examinarmos este mundo romano até onde se estendia, acharemos que pelo oriente se fechava com o rio Tigres, pelo ocidente com o mar de Cádis, pelo meio-dia com o Nilo e pelo setentrião com o Danúbio e Reno. [...]

Deixo o Mogor, o China, o Tártaro e outros domínios bárbaros do nosso tempo, que com a mesma majestade de títulos se chamam imperadores do Mundo, seguindo a antiquíssima arrogância da Ásia, em que o Mundo andou sempre atado aos títulos da monarquia.

O Mundo do nosso prometido império não é Mundo neste sentido: não prometo mundos, nem impérios titulares, nomes tão alheios da modéstia como da verdade. Bem sei que o império de Alemanha (envelhecidas relíquias, e quase acabadas, do Romano) em muitos textos de um e outro direito se chama *império do Mundo*; mas também se sabe que os textos podem dar títulos, mas não impérios. No livro sétimo examinaremos os fundamentos deste direito; entretanto, ainda que liberalmente lho concedamos, é certo que os impérios e os reinos não os dá nem os defende a espada da justiça, senão a justiça da espada.

A Abraão prometeu Deus as terras da Palestina, mas conquistou-as a espada de Josué e defendeu-as a de seus sucessores. Estes são os instrumentos humanos de que se serve (ainda quando obra divinamente) a providência daquele supremo Senhor que o é do Mundo e dos exércitos. Os que querem o ruído, e encher de algum modo o vazio destes grandes títulos, dizem que se entende por hipérbole ou exageração, e por aquela figura que os retóricos chamam *sinédoque*, em que se toma a parte pelo todo. O título desta *História* não fala por hipérboles nem sinédoques, não chama a um pigmeu gigante, nem a um braço homem. O Mundo de que falo é o Mundo [...] que Deus criou, o Mundo que o não conheceu, e o Mundo que o há-de conhecer. Quando o não conheceu, negou-lhe o domínio; quando o conhecer, dar-lhe-á a posse [...]: «O Mundo que conheceram os Antigos se dividiu em três partes: África, Europa, Ásia; depois que se descobriu a América, acrescentou-lhe a nossa idade esta quarta parte; espera-se agora a quinta, que é aquela terra incógnita, mas já reconhecida, que chamamos Austral.»

Este foi o Mundo passado, e este é o Mundo presente, e este será o Mundo futuro; e destes três mundos unidos se formará (que assim o formou Deus) um Mundo inteiro. Este é o sujeito da nossa *História*, e este o império que prometemos do Mundo. Tudo o que abraça o mar, tudo o que alumia o Sol, tudo o que cobre e rodeia o Sol, será sujeito a este Quinto Império; não por nome ou título fantástico, como todos os que até agora se chamaram impérios do Mundo, senão por domínio e sujeição verdadeira. Todos os reinos se unirão em um ceptro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão em uma só diadema, e esta será a penha da cruz de Cristo.

[...]

Capítulo IV

Utilidades da *História do Futuro*

[...]

Os inimigos que mais temo a Portugal são soberba e ingratidão, vícios tão naturais da próspera fortuna, que, como filhos da víbora, juntamente nascem dela e a corrompem. A humildade e agradecimento, a desconfiança de nós, a confiança em Deus e o zelo e desejo puríssimo de sua glória, dando-lha em tudo e por tudo, sempre são os meios seguros que nos hão-de sustentar, levar e meter de posse daquelas segundas promessas. E este conhecimento tão grato a Deus, que aprendemos nas notícias de seus futuros, é o primeiro fruto e utilidade que da lição desta nossa *História* se pode tirar, tão importantemente para a vida como para a vista.

[...]

Capítulo VI

Terceira utilidade

[...]

Os exemplos que temos domésticos desta mesma utilidade não são menos admiráveis que os estranhos, assim nas batalhas, como nas conquistas. Era tão inumerável a multidão de Sarracenos que debaixo das luas de Ismael, e dos outros quatro reis mouros, inundaram os campos de Guadiana com intento de tomar Portugal naquele dia fatalíssimo, o primeiro de nossa maior fortuna, que justamente estavam temerosos os poucos portugueses, e seu valoroso príncipe duvidoso se aceitaria ou não a batalha; mas como o velho ermitão, intérprete da Divina Providência, visto primeiro em sonhos e depois realmente ouvido e conhecido, lhe assegurou da parte de Deus a vitória, com aquelas tão expressas e animosas palavras *Vinces, Alphonse, et non*

*vinceris*² – socorrido o animoso capitão e fortalecido o pequeno exército com esta promessa do Céu, sem reparar em que era tão desigual o partido, que para cada lança cristã havia no campo cem mouros, resolveu intrepidamente dar a batalha.

Na manhã, pois, da mesma noite em que tinha recebido a profecia, acomete de frente a frente ao inimigo, sustenta quatro vezes o peso imenso de todo seu poder, rompe os esquadrões, desbarata o exército, mata, cativa, rende, despoja, triunfa; e alcançada na mesma hora a vitória, e libertada a Pátria, pisa glorioso as cinco coroas mauritanas e põe na cabeça, já rei, a portuguesa.

[...]

Não venceram só a Poro, rei da Índia, e seus exércitos; mas sujeitaram e fizeram tributárias mais coroas e mais reinos do que Poro tinha cidades. Não navegaram só o mar Índico ou Eritreu, que é um seio ou braço do Oceano, mas domaram o mesmo Oceano na sua maior largueza e profundidade, aonde ele é mais bravo e mais pujante, mais poderoso e mais indómito: o Atlântico, o Etiópico, o Pérsico, o Malabárico, e, sobre todos, o Sínico, tão temeroso por seus tufões e tão infame por seus naufrágios. Que perigos não desprezaram? Que dificuldades não venceram? Que terras, que céus, que mares, que climas, que ventos, que tormentas, que promontórios não contrastaram? Que gentes feras e belicosas não domaram? Que cidades e castelos fortes na terra? Que armadas poderosíssimas no mar não renderam? Que trabalhos, que vigias, que fomes, que sedes, que frios, que calores, que doenças, que mortes não sofreram e suportaram, sem ceder, sem parar, sem tornar atrás, insistindo sempre e indo avante, com mais pertinácia que com instância?

Mas não obraram todas estas proezas aqueles portugueses famosos por benefício só de seu valor, senão pela confiança e seguro de suas profecias. Sabiam que tinha Cristo prometido a seu primeiro rei que os escolhera para argonautas apostólicos de seu Evangelho e para levarem seu nome e fundarem seu império entre gentes remotas e não conhecidas; e esta fé os animava nos trabalhos; esta confiança os sustentava nos perigos; esta luz do futuro era o norte que os guiava; e esta esperança a âncora e amarra firme, que nas mais desfeitas tempestades os tinha seguros.

Maiores contrastes tiveram ainda as conquistas de Portugal na nossa terra que nas estranhas, e mais fortes guerras experimentaram nos naturais que resistência nos inimigos. Quem quiser ver com admiração a tormenta de contradições populares, e de todo o Reino, que por espaço de dez anos padeceram os primeiros descobrimentos das conquistas, leia o grande cronista da *Ásia*, no IV cap. do I liv., e conhecerá quantas obrigações deve Portugal e o Mundo ao sofrimento, valor e constância do Infante D. Henrique, filho de El-Rei D. João I, autor desta heróica empresa, o qual, como religiosíssimo príncipe que era, e nela principalmente pretendia a glória de Deus, dilatação da Fé e conversão da Gentilidade, mereceu que o mesmo Deus com uma voz do Céu o exortasse a levar por diante o começado, com promessa de seu favor e luz dos gloriosíssimos fins, que por meio de tão dura porfia se haviam de alcançar.

Assim se conta e escreve por fama e tradição daquele tempo. Com este oráculo divino mais fortalecido o espírito do Infante, não só pôde romper e abrir as portas tão cerradas do Oceano e deixá-las francas e patentes aos que depois vieram, vencidas as primeiras e maiores dificuldades, mas dar ânimo, valor, guia e esperança aos que, seguindo seu exemplo e empresa, a levaram ao cabo. Desta maneira o Infante D. Henrique, que será sempre de feliz memória, nos ganhou com sua constância as conquistas, conquistando-as primeiro em Portugal do que fossem conquistadas na África, Ásia, América, e contrastando com igual fortaleza o indómito furor do segundo e quarto elemento (que são o mar e o fogo), que não pudera conseguir sem o socorro da luz do Céu, animado nas contradições e contrariedades presentes com o conhecimento e certeza dos sucessos futuros, para que até nesta parte deva Portugal as suas conquistas aos lumes e alentos da profecia.

Finalmente, esta última resolução que no ano de quarenta assombrou o Mundo, posto que muito a devamos à ousadia do nosso valor, muito mais a deve o nosso valor à confiança de nossos vaticínios. Que valor sesudo, prudente e bem aconselhado se havia de atrever a uma empresa tão cercada de dificuldades, como levantar-se contra o mais poderoso monarca do Mundo, e restituir-se à sua liberdade, e aclamar novo rei, não longe senão dentro de Espanha, um reino de grandeza tão desigual, sobre sessenta anos de cativo e despojado; sem armas, sem soldados, sem amigos, sem aliados, sem assistências, sem socorros, só e até de si mesmo dividido em tão distantes partes do Mundo? Mas como havia outros tantos anos que a profecia estava dando brados aos corações, em que nunca se apagou o amor da Pátria, e a saudade do rei, e o zelo da liberdade, dizendo e publicando a todos que o desejado tempo dela havia de chegar no ano felicíssimo de quarenta, em que o novo rei seria levantado, a promessa que sempre a conservou nos corações a levantou a seu tempo nas vozes, e ela foi a que deu o rei ao Reino, o Reino à Pátria, a Pátria aos Portugueses, e Portugal a si mesmo; e este seja entre

² Trad.: *Vencerás, Afonso, e não serás vencido*, palavras que, segundo a *Crónica de Cister*, de Fr. Bernardo de Brito, pronunciou perante D. Afonso Henriques, na véspera da batalha de Ourique, o embaixador que em sonho Cristo lhe enviou. Esta fraude da historiografia alcobacense foi a base do sonho do V Império, que, com as profecias de Bandarra, encheu de confiança muitos portugueses durante os 60 anos de ocupação filipina e depois dela.

todos o maior exemplo, assim das nossas guerras como das nossas conquistas, pois tudo o que tínhamos vencido e conquistado em quinhentos anos, alentados das promessas do Céu, o pudemos restaurar um dia.

E se tanto tem valido e importado a Portugal o conhecimento de seus futuros, em todos os casos maiores que podem acontecer a um reino; se debaixo desta fé nasceu, quando recebeu a coroa; se debaixo desta fé cresceu, quando lhe acrescentou as conquistas; se debaixo desta fé se restaurou, quando as restituiu a elas e se restituiu a si mesmo, oh! quanto mais necessário lhe será a Portugal, e quanto mais útil e importante esta mesma fé e conhecimento de seus futuros sucessos para aquelas empresas novas, e muito maiores, que nos tempos que hão-de vir (ou que já vêm) o esperam! Não se poderá compreender a grandeza e capacidade desta importância senão depois de lida toda a *História do Futuro*, na qual só se medirá bem a imensidade do objeto com a desigualdade do instrumento.

Mas quem quiser desde logo fazer de algum modo a conjectura desta desproporção, tome os compassos a Portugal e ao Mundo, e pergunte-se a si mesmo se se atreve a igualar estes paralelos. É, porém, tão poderoso contra todos os impossíveis o conhecimento e fé do que há-de ser representado no espelho das profecias, que nenhuma empresa pode haver tão desigual, nenhuma tão armada de perigos, nenhuma tão defendida de dificuldades, que debaixo do escudo desta confiança se não intente, se não avance, se não prossiga, se não vença. Da conquista espiritual do Mundo se pode fazer bom argumento para a temporal, pois é mais forte a guerra e mais dura resistência a dos entendimentos que a dos braços.

[...]

Capítulo VII Última utilidade

Entre as utilidades próprias e dos amigos, não quero deixar de advertir por fim delas, que também a lição desta *História* pode ser igualmente útil e proveitosa aos inimigos, se, deixada a dissonância e escândalo deste nome, quiserem antes ser companheiros de nossas felicidades, que padecê-las dobradamente na dor e inveja dos émulos. Lerão aqui nossos vizinhos e confinantes (que muito a pesar meu sou forçado alguma vez a lhes chamar inimigos, havendo tantas razões, ainda da mesma natureza, para o não serem), lerão aqui com boa conjectura as promessas e decretos divinos, provada a verdade dos futuros com a experiência dos passados: e verão, se quiserem abrir os olhos, um manifesto desengano de sua profecia, conhecendo que, na guerra que continuam contra Portugal, pelejam contra as disposições do supremo poder e combatem contra a firmeza de sua palavra. Oh, quantos danos, quantas despesas, quantos trabalhos, quanto sangue e perda de vidas, quantas lágrimas e opressão de naturais e estrangeiros podia escusar Espanha, se, com os olhos limpos de toda a paixão e affecto, quisesse ler esta *História do Futuro*, e com tanto zelo e desejo de acertar com os caminhos de seu maior bem, como é o animo com que ele se escreve!

Não entre só nos conselhos de Estado a conveniência e reputação, o apetite e o ódio, a vingança, o discurso militar e político; tenha também algum dia lugar neles a Fé; suponha-se que Deus é o que dá e tira os reinos, como e quando é servido; conheça-se e examine-se a sua vontade pelos meios com que ela se costuma declarar; e, depois de averiguada e conhecida, ceda-se e obedeça-se a Deus por conveniência, pois se lhe não pode resistir com força.

Bem pudera conhecer Espanha, voltando os olhos ao passado, pela experiência, que Deus é o que desuniu de sua sujeição a Portugal, e Deus o que o sustenta desunido e o conserva vitorioso.

Quando se soube em Madrid do rei que tinham aclamado os Portugueses no primeiro de Dezembro do ano de 640, chamavam-lhe por zombaria *rei de um Inverno*, parecendo-lhes aos senhores castelhanos que não duraria a fantasia do nome mais que até a primeira Primavera, em que a fama só de suas armas nos conquistasse. Mas são já passados vinte e cinco invernos, em que inundações do Bétis e Guadiana não afogaram a Portugal, e vinte e quatro primaveras, em que sabem muito bem os campos de uma e outra parte o sangue de que mais vezes ficaram matizados.

Imaginou Espanha que na prisão do Infante D. Duarte atava as mãos a Portugal e lhe tirava a cabeça com que haviam de ser governados na guerra, e que com os muros de Milão tinha sitiado a Portugal. Morreu enfim (ou foi morto) aquele príncipe, e nem por isso desmaiou o Reino, antes se armou de novo a justiça de sua causa com a sentença daquela inocência, e se endureceram e fortificaram mais os peitos com o horror e fealdade daquele exemplo.

Voltou-se todo o peso da guerra contra Saul; maquinou-se contra a vida de El-Rei Dom João por tantos meios e instrumentos (e algum deles sobre indecente sacrilégio); parecia-lhe a Castela que, faltando a Portugal aquela grande alma, seria fácil a suas águias empolgarem no cadáver do Reino. Faltou El-Rei D. João ao Reino, sobre ter faltado de antes seu primogénito Teodósio, príncipe de tantas virtudes, opinião e esperanças; mas viu o Mundo, posto que o não quis ver Castela, que era o braço imortal o que defendia e conservava aos Portugueses. Sucedeu na menoridade do rei com tanta prudência e valor a regência da rainha-mãe, e à regência da rainha o

governo felicíssimo de El-Rei D. Afonso, que Deus guarde, monarca de tão conhecida fortuna, que parece a traz a soldo nos exércitos.

Fez Castela neste tempo os maiores esforços de seu poder, e para os poder fazer maiores, assim como por esta causa tinha já concluído ou comprado, a preço da própria reputação, a paz de Holanda, ajustou também a de França. Desembaraçadas em toda a parte as suas armas, chamou os espíritos de todo o corpo da monarquia aos dois braços com que Castela cerca a Portugal. Viram-se juntas contra ele em um exército Espanha, Alemanha, Itália, Flandres, com toda a flor militar, ciência e valor daquelas belicosas nações. Mas que resultas foram as desta tão estrondosa potência e dos progressos que com ela se tinham ameaçado a nós e prometido a Europa?

Entrou a guerra dividida no ano de 62 por todas nossas províncias; em todas achou oposição igual e efeito superior. Uniu-se no ano seguinte com novo conselho o poder; acrescentou-se de gente de cavalos, de cabos, de aparatos bélicos; escolheu-se para teatro daquela formidável campanha a província de Alentejo; começou a tragédia com prósperos e alegres passos, triunfando dos que não podiam resistir às armas castelhanas; mas o fim foi tão adverso, tão lastimoso e verdadeiramente trágico, como viu com admiração o Mundo e chorará eternamente Castela. Perdeu a batalha, o exército e a reputação; deixou a Portugal a vitória, a fama, os despojos, e só levou (como sempre) o desengano.

Estes têm sido em vinte e cinco anos os efeitos do poder. Passemos aos da indústria.

Entendeu Castela que não podia conquistar a Portugal sem Portugal; tratou de inclinar à sua devoção os grandes e os menores. Na constância houve diferença, mas nos efeitos nenhuma. O povo, cuja fortuna é inalterável, não padeceu alteração. Sendo tão livre e aberto em Portugal o mar como a terra, se não viu em tantos anos nenhum pastor que se passasse a Castela com duas ovelhas, nenhum pescador menos venturoso que aos seus portos derrotasse uma barca.

Basta por exemplo ou desengano a famosa resolução do povo de Olivença, que com partido de poder ficar inteiro com casas e fazendas, se não achou em todo ele um só homem de espírito tão humilde, que aceitasse a sujeição. Perderam todos a Pátria pela lealdade, triunfou Castela das paredes e Portugal dos corações. [...]

A nobreza, em que tem maiores poderes o receio ou a esperança, como mais escrava da fortuna, não foi toda constante. Alguns grandes houve entre os grandes, uns que se passaram ao serviço de El-Rei D. Filipe, outros que com maior ousadia o quiseram servir em Portugal; a uns e outros castigou o mesmo braço da Providência, a estes com a vida, àqueles com o desterro. Até agora não tiveram outro prémio, nem mereciam outro, porque Castela nem pode ressuscitar os primeiros, nem quis pagar os segundos.

É fama que foi respondido à sua queixa que tinham feito o que deviam, mas ainda devem o que fizeram: cá perderam o que tinham, lá não ganharam o que esperavam; entre os Portugueses réus, entre os Castelhanos portugueses, que também é culpa.

Isto é o que foram buscar a Castela todos os que lá se passaram – o desengano de seu discurso, o descrédito de sua resolução e o castigo de sua incredulidade; e ainda de lá nos mandam o exemplo de seu arrependimento. Levaram o que nos não faz falta, porque se levaram; e deixaram o que nos ajuda a defender, porque nos deixaram as suas rendas. A Portugal deixaram os despojos de suas casas, aos vindouros a memória de sua infidelidade e ao Mundo pregão de sua covardia. Tal foi o merecimento, tal o prémio. Julgue agora Castela se terá esse interesse cobiçosos e este empenho imitadores.

Dizia um dos primeiros embaixadores de Portugal em França (quando ainda havia quem impugnasse a esperança da nossa conservação) que, no caso em que a desgraça fosse tanta, antes se havia de entregar ao Turco que a Castela. Era o embaixador ministro de letras, e como um grande senhor francês lhe pedisse a razão deste seu dito, sendo católico e letrado, respondeu assim:

– Porque eu, em Turquia, se defender a Fé, serei mártir; se renegar, far-me-ão baxá: e em Castela, *Monsieur*, nem baxá nem mártir.

Foi muito celebrada a discrição da resposta, a que acrescentava galantaria a mesma pessoa do embaixador; porque era mui avultado de presença e tão bem lhe podia estar na cabeça o turbante, como na mão a palma.

Nada mais venturosamente lhe sucederam a Castela as indústrias estrangeiras que as domésticas. todas desarmou em armas contra si mesma. Em Roma, impediu o provimento das mitras; mas os bagos³ se converteram em lanças e o que haviam de comer os pastores das ovelhas, comem os que as defendem dos lobos. Em Holanda, comprou os estorvos da paz, mas esta se retardou somente quando foi necessário para se recuperarem as Conquistas. Caso grande e de providência admirável! Em Inglaterra, se empenhou por divertir o parentesco; em França, capitulou que não pudéssemos ser socorridos; mas teve uma e outra diligência tão contrários efeitos, que se vêem hoje em Portugal as suas quinas tão acompanhadas das cruces de Inglaterra, como assistida das lises de França. Unidas e complicadas estas três bandeiras, fazem um silogismo político, de tão segura como terrível consequência. Se só Portugal pôde resistir a Castela tantos anos, ajudado dos dois reinos mais poderosos da Europa, no mar e na terra, como não resistirá? O maior contrário que tem Espanha é o

³ [...] *Bago* é a forma popular de *báculo*.

seu próprio poder. Quando se quis levantar sobre todos, se sujeitou à emulação de todos. Estes terá por si Portugal, enquanto ela for poderosa; se o não for, não os há mister.

Os discursos da esperança (que é a última apelação de Castela) são os que mais lhe mentiram, porque os homens (quando assim lho concedamos) discorrem com a razão, e Deus obra sobre ela. [...]

No tempo em que Portugal estava sujeito a Castela, nunca as forças juntas de ambas as coroas puderam resistir a Holanda; e de aqui inferia e esperava o discurso que muito menos poderia prevalecer só Portugal contra Holanda e contra Castela. Mas enganou-se o discurso. De Castela defendeu Portugal o Reino e de Holanda recuperou as Conquistas.

Aquele fatal Pernambuco, sobre que tantas armadas se perderam e se perderam tantos generais, por não quererem aceitar a empresa sem competente exército, que discurso podia imaginar que, sem exército e sem armada, se restaurasse? E só com a vista fantástica de uma frota mercantil se rendeu Pernambuco em cinco dias, tendo-se conquistado pelos Holandeses com tanto sangue em dez anos, e conservando-se vinte e quatro.

Menos esperava o discurso que se conquistasse Angola com tão desigual poder enviado a tão diferente fim; e conquistou-se contudo aquela tão importante parte de África contra todo o discurso e antes de toda a esperança. E por que se saiba mais distintamente quão grandes significações se contêm debaixo destes nomes tão pequenos – Pernambuco e Angola –, o que se recuperou em Angola foram duas cidades, dois reinos, sete fortalezas, três conquistas a vassalagem de muitos reis e o riquíssimo comércio de África e América. Em Pernambuco, recuperaram-se três cidades, oito vilas, catorze fortalezas, quatro capitánias, trezentas léguas de costa.

Desafogou-se o Brasil, franquearam-se seus portos e mares, libertaram-se seus comércios, seguraram-se seus tesouros. Ambas estas empresas se venceram e todas estas terras se conquistaram em menos de nove dias, sendo necessário muitos meses só para se andarem.

Quem nestes dois sucessos não reconhecer a força do braço de Deus, duvidar-se pode se o conhece. Assim assiste a Portugal dentro e fora, ao perto e ao longe, aquele supremo Senhor que está em toda a parte e que em todas as do Mundo o plantou e quer conservar. Bendita seja para sempre sua omnipotência e bondade!

Também esperava o discurso de Castela que os ânimos dos Portugueses, com a continuação da guerra e experiência de suas moléstias, se enfiassem e suspirassem pela antiga e amada paz, cujo nome é tão doce e natural, e mais à vista de seu contrário; que as contribuições forçosas para o subsídio dos soldados e a licença e opressão dos mesmos soldados fossem carga intolerável aos povos; que os povos, depois de apagados aqueles primeiros fervores que traz consigo o desejo e alvoroço da novidade, com o tempo e seus acidentes se fossem entibiando, até se esfriarem de todo; que os pais se cansassem de dar os filhos e que a guerra detestada das mães [...] fosse também detestada e aborrecida das Portuguesas, que, entre as outras mães, o costumam ser mais que todas no amor e na saudade. Mas também aqui mentiu a esperança e se enganou o discurso, porque os ânimos se acham hoje mais alentados, os fervores mais vivos, os corações mais resolutos, o amor ao rei, à Pátria e à Liberdade mais forte, mais firme e mais constante, e maior que todos os outros afectos da fazenda, dos filhos, da vida.

Lembram-se os pais que davam os filhos para as guerras de Flandres, de Itália, de Catalunha e navegação das Índias de Castela, onde os perdiam para sempre; e querem antes dá-los para as fronteiras de Portugal, onde os vêem, os assistem e os têm consigo; onde recebem a glória de ouvir celebrar as acções de seu valor e feitos galhardos, e vêem estampados seus nomes e estendida por todo o Mundo sua fama, honrando-se (como é razão) de serem pais de tais filhos; e que, se morrem na guerra, têm rei que lhes pague as vidas com larga remuneração de mercês e aumento de suas casas, sendo tão generosas as mães (nas quais este affecto é superior a toda a natureza), que com igual alegria os choram e sepultam mortos gloriosamente na guerra, do que os parem e criam para ela.

Os povos não se cansam com os subsídios e contribuições; porque sabem quanto maiores e mais pesadas são as que se pagam em Castela para os conquistar, do que eles em Portugal para se defenderem. Vêem o fruto de seus trabalhos e suores, e que concorrem com ele para o estabelecimento e honra de sua Pátria, e não para a cobiça de ministros e exactores estranhos.

Têm na memória que também antigamente pagavam, e que então era tributo do cativo o que hoje é preço da liberdade; sobretudo, vêem a seu rei da sua Nação e da sua Língua, e que o têm consigo e junto a si para o requerimento da justiça, para o prémio do serviço, para o remédio da opressão, para o alívio da queixa; rei que os vê e se deixa ver; que os ouve e lhes responde; que os entende e o entendem; que os conhece e lhes sabe o nome, sem a dura e insuportável pensão de o irem buscar a Madrid, não para o verem e lhe falarem, mas para o verem por fé. Conhecem a grandeza desta estimável felicidade, e que logram aquele estado ditoso de que se lembravam e falavam seus avós com tanta saudade e por que suspiravam seus pais com tantas ânsias; e todo o preço para a conservação de tanto bem lhes parece barato, todo o trabalho leve, toda a dificuldade suave, todo o perigo obrigação. Pelo contrário, todo o pensamento que não seja desta perpetuidade, horror; toda a conveniência, ruína; toda a promessa, traição; e toda a mudança impossível.

Isto é o que só tem Castela, e o que só pode esperar dos ânimos dos Portugueses. Finalmente, esperava o discurso que Portugal, como Reino menor e dividido em todas as partes do Mundo, com obrigação de alimentar aqueles membros tão distantes com sua própria substância, havendo de sustentar as guerras e oposição de seus inimigos em todos eles, natural e necessariamente se havia de atenuar e enfraquecer; que a gente, sendo toda da mesma Nação, se havia lentamente de diminuir; que o dinheiro e cabedais, não tendo minas nem Potosis, se havia de esgotar; e que não era possível aturar por muitos anos as despesas excessivas de uma guerra interior, tão contínua, tão viva e tão multiplicada em tantas províncias, cercado dela por todas as partes, contra os combates de uma potência tão desigual e superior como era a do maior monarca do Mundo; [...]

Verdadeiramente este discurso, humana ou gentilmente considerado, e não entrando na conta desta aritmética o poder e assistência de Deus, tinha mui forçosa consequência, e antes da experiência mui dificultosa solução. E por tal julgaram ainda aqueles políticos que sem ódio nem amor esperavam e prognosticavam o fim e mediam a desproporção de tão desigual empresa. Mas Deus (a quem não queremos roubar a glória) e a mesma experiência natural e o concurso ordinário de suas causas têm mostrado que só era sófístico e aparente, e em realidade falso, aquele discurso.

Porque as Conquistas (que era o primeiro reparo), membros tão remotos e tão vastos deste corpo político de Portugal, ainda que do Reino, como do coração, recebem os espíritos de que se animam, é tanta a cópia de alimento, e tão abundante, que eles mesmos com suas riquezas lhe subministram, que não só tem suficiente matéria para formar os espíritos que com os membros mais distantes reparte, mas lhe sobeja com que se sustentar a si e a todo o corpo. E a verdade desta experiência se tem provado com mais sensíveis efeitos depois da paz universal das mesmas Conquistas, as quais com igual liberalidade e interesse remetem hoje ao Reino toda aquela substância que o calor da guerra própria lhes consumia; com que se acha Portugal mais rico e abundante que nunca das utilíssimas drogas de seus comércios. E ou seja esta a causa natural, ou outra mais oculta e superior, o certo é que as rendas e cabedais do Reino, assim próprios como particulares, com o tempo e continuação da guerra, não têm padecido a quebra e diminuição que o discurso lhes prognosticava; antes se prova, com evidente e milagrosa demonstração da experiência, que a substância do Reino está hoje mais grossa, mais florente e opulenta que no princípio da guerra; pois, crescendo mais os empenhos sempre, e despesas dela, ao mesmo passo parece que ou crescem ou se manifestam novos tesouros, com que se sustentaram até agora, e se sustentam todos os anos, sempre mais e maiores exércitos, tão notáveis por seu nome e grandeza como bizarros por seu luzimento.

Nenhum ano se pôs em campo exército tão grande, que no seguinte se não pusesse outro maior; nenhum ano tão bizarro e tão luzido, que no seguinte se não excedesse na bizzarria e nas galas. O ano passado, que foi o último, quando a Primavera se acabou nos campos, se renovou outra vez no nosso exército, tanta era a variedade das cores com que os terços se matizavam e distinguíam, para que pela divisa se conhecessem os soldados e ostentassem a competência de seu valor. O menor gasto nos vestidos é o que se veste; mais se gasta em cobrir os vestidos que em cobrir os corpos. A vulgaridade do ouro e prata só se estima pelo invento e pelo artífice, e não pelo preço; a pompa, riqueza e galhardia dos cabos mostra bem que vão às batalhas como a festas, e que se vestem mais para triunfar que para vencer.

Não me atrevera a falar com tanta largueza, se não pudera alegar por testemunhas os mesmos que podiam ser partes. Diga agora o algarismo de seu discurso, se pode haver falta no necessário, onde sobeja e se dispende tanto com o supérfluo? Mais temo eu a Portugal os perigos da opulência, que os danos da necessidade.

O mesmo que se vê na política bélica das campanhas se admira na pacífica das cidades. Com a guerra, que tudo quebranta e diminui, cresceu e se aumentou tudo em Portugal. Nunca tanto se gastou no primor e preço das galas; nunca tanto no asseio e ornamento das casas; nunca tanto na abundância e regalo das mesas; nunca tantos criados, tantos cavalos, tanto aparato, tanta família. nunca tão grandes salários, nunca tão grandes dotes, nunca tão grandes soldos, nunca tão grandes mercês, nunca tantas fábricas, nunca tantos e tão magníficos edificios, nunca tantas, tão reais e tão sumptuosas festas.

Passo em silêncio os imensos gastos do serviço e majestade do culto divino, porque só o silêncio os pode explicar, não encarecer. Que templo, que capela, que altar, que santuário, que neste mesmo tempo se não renovasse, desfazendo-se e arruinando-se (com lástima) obras antigas e de grande arte e preço, só para se lavrarem outras de novo, mais ricas, mais preciosas e de mais polido artífice? Tudo isto do que sobeja da guerra. Mas por isso sobeja. As usuras de Deus são cento por um, e estas são as minas do nosso Reino, estes os Potosis de Portugal. Destes comércios lhe vêm as riquezas com que pode pagar e premiar seus exércitos e com que os prémios e as pagas sejam verdadeiras, e não falsificadas, sem injúria dos soldados, sem adultério dos metais e sem hipocrisia da moeda.

Bem sabem os doutos que o nome grego *hipocrisia* se deriva do fingimento do melhor metal, e parece que foi posto em nossos tempos mais para declarar o vício da moeda, que a mentira da virtude. Quem pudera nunca imaginar que chegasse a tal estado uma monarquia, que é a senhora da prata e de quem a recebe o resto do

Mundo? Cuidou Castela que a Portugal havia de faltar o dinheiro, e vê em si o que cuidou de nós; e assim como o seu discurso errou as contas ao dinheiro, também as errou à gente. [...]

Ou tenha Portugal a qualidade da hidra ou a natureza das plantas, por cada cabeça que corta a guerra em uma campanha, aparecem na seguinte duas; e por cada ramo que faltou no Outono, brotam dois na Primavera. Assim se foram dobrando e crescendo sempre os nossos presídios, assim os nossos exércitos: exército no Minho, exército em Trás-os-Montes, exército e dois exércitos na Beira, exército e florentíssimo exército, e sempre mais numeroso e florente em Alentejo. Assim se converte e se multiplica em nova substância tudo o que come a guerra. [...]

Foi lei, e lei prudentíssima, no princípio da guerra, que não se alistassem nela senão mancebos livres. À sombra desta imunidade, muitos filhos, por indústria dos pais, se acolhiam na menoridade ao sagrado do matrimônio, com que as famílias se multiplicavam infinitamente, e os mesmos que então se retiravam da guerra têm hoje muitos filhos com que a sustentam e os sustentam com ela.

Desta maneira se acha Portugal cada dia mais fornecido de muitos e valentes soldados, nascidos e criados entre o mesmo estrondo das armas, em que o pelear e o morrer não é acidente, senão natureza, todos dentro em si e nas mesmas províncias e climas, onde nada lhes é estranho, e não trazidos por força de Sicília, de Nápoles, de Milão e de Alemanha, comprados e conduzidos com imensas despesas e perigos, sendo muitos os que se alistam e pagam, e poucos os que chegam, uns para se passarem logo, como passam, a Portugal, outros para pelejarem sem amor e com valor vendido, como quem defende o alheio e conquista o que não há-de ser seu.

Os Portugueses, pelo contrário, com grande vantagem de coração pelejam pelo rei, pela Pátria, pela honra, pela vida, pela liberdade, e cada um por sua própria casa e fazenda, sendo a maior comodidade da guerra e multiplicação da gente a mesma estreiteza do Reino (que o discurso mal avaliava), por benefício da qual os exércitos e províncias se podem dar as mãos umas a outras, pelejando os mesmos soldados quase no mesmo tempo em diversos lugares, e multiplicando-se por este modo um soldado em muitos soldados, e aparecendo em toda a parte (como alma de Dido) aos Castelhanos com novo horror e assombro. [...]

Capítulo VIII

Continua a mesma matéria

[...]

Gemeu Portugal muito tempo, porque gemeu por espaço de sessenta anos debaixo da sujeição de Castela; e foi ocasião desta sujeição e destes gemidos ficar o Reino órfão de seus reis, porque os dois últimos – D. Sebastião e D. Henrique – faltaram sem deixar sucessão; mas foi-lhe Deus propício, porque dispôs com tão notáveis sucessos a execução de sua liberdade e foi remido não esperadamente, porque muitos não esperavam, antes desesperavam desta redenção; e remido por um não esperado, porque o redentor, pelo qual geralmente se esperava, era outro e não el-rei D. João o IV.

No juramento autêntico de El-Rei D. Afonso Henriques, em que se conta o miraculoso aparecimento de Cristo, quando por sua própria pessoa quis fundar o Reino de Portugal, são bem notórias aquelas palavras mandadas anunciar ao rei pelo mesmo Senhor, com o recado de que lhe queria aparecer: *Domine bono animo esto: vinctes, vinctes, et non vincteris. Dilectus es Domino, posuit enim super te et super semen tuum post te oculos misericordiae suae usque in decimam sextam generationem, in qua attenabitur proles, sed in ipsa attenuata ipse respiciet et videbit*: «Senhor, estai de bom ânimo: vencereis, vencereis e não sereis vencido; sois amado de Deus, porque pôs sobre vós e sobre vossa descendência os olhos de sua misericórdia até a décima sexta geração, na qual se atenuará a mesma descendência, mas nela atenuada tornará a pôr seus olhos.»

Até aqui a divina promessa, cujo cumprimento é tão manifesto, que quase não necessita de explicação. A décima sexta geração de El-Rei D. Afonso Henriques (contando as gerações, como se devem contar, de rei a rei e de coroa a coroa) foi o Cardeal D. Henrique, como se vê pelo catálogo seguinte:

- 1.º – El-Rei D. Sancho I;
- 2.º – El-Rei D. Afonso II;
- 3.º – El-Rei D. Sancho II;
- 4.º – El-Rei D. Afonso III;
- 5.º – El-Rei D. Dinis;
- 6.º – El-Rei D. Afonso IV;
- 7.º – El-Rei D. Pedro I;
- 8.º – El-Rei D. Fernando;
- 9.º – El-Rei D. João I;
- 10.º – El-Rei D. Duarte;
- 11.º – El-Rei D. Afonso V;

- 12.º – El-Rei D. João II;
- 13.º – El-Rei D. Manuel;
- 14.º – El-Rei D. João III;
- 15.º – El-Rei D. Sebastião;
- 16.º – El-Rei D. Henrique.

Neste último rei se atenuou a descendência, porque, ainda que não quebrou de todo, ficou por um fio, e fio tão delgado e atenuado como era a única casa de Bragança, descendente do infante D. Duarte, irmão menor de D. Henrique. Mas neste fio único e tão delgado se veio a verificar que, depois da descendência de El-Rei D. Afonso Henriques, atenuada no décimo sexto rei, tornaria Deus a pôr seus olhos nela, porque nela se restituiu a coroa que Cristo então lhe dava, sendo restituída (como foi) ao Duque D. João, o II de Bragança, Rei D. João, o IV de Portugal e décimo sétimo dos reis portugueses descendentes do primeiro Afonso. Por outros modos também verdadeiros se faz esta mesma conta, mas este temos por mais natural, mais fácil e mais conforme à mente da profecia e às circunstâncias em que naquela ocasião se falava.

S. Bernardo, em uma carta escrita a El-Rei D. Afonso Henriques, com quem tinha particular e íntima amizade e correspondência, a respeito das cousas presentes e futuras do Reino, profetizou com admirável clareza o termo dos sessenta anos de castigo e a continuação e sucessão de reis portugueses, antes e depois dela. A carta é a que se segue, conservada em muitos arquivos deste Reino e divulgada fora dele muitos anos antes da nossa restauração: «*Dou as graças a Vossa Senhoria pela mercê e esmola que nos fez do sítio e terras de Alcobça para os frades fazerem mosteiro em que sirvam a Deus, o qual em recompensação desta, que no Céu lhe pagará, me disse lhe certificasse eu da sua parte que a seu Reino de Portugal nunca faltariam reis portugueses, salvo se pela graveza de culpas por algum tempo o castigar; não será porém tão comprido o prazo deste castigo, que chegue a termos de sessenta anos. De Claraval, 13 de Março de 1136. Bernardo.*»

A condicional do castigo cumpriu-se por nossos pecados, que sem dúvida deviam ser muito grandes, mas também se cumpriu muito pontualmente que o castigo não chegaria a termo de sessenta anos, porque El-Rei D. Filipe o II foi jurado por rei de Portugal, nas Cortes de Tomar, em 26 de Abril do ano de 1581, El-Rei D. João o IV, nas cortes de Lisboa, em 13 de Dezembro de 640, que fazem 59 anos e cinco meses menos alguns dias, ou sessenta anos não completos, como S. Bernardo tinha profetizado. Outra carta temos do mesmo santo escrita ao mesmo rei, em que dá outro sinal manifesto (e também já cumprido) do tempo em que havia de faltar a coroa, que adiante poremos.

Finalmente, muitas pessoas (de cujo espírito, a respeito dos sucessos futuros de Portugal, trataremos larga e particularmente no cap. IX deste livro) não só predisseram a sujeição do Reino a Castela, e sua liberdade, mas que o fim de uma e princípio de outra havia de ser sinaladamente no ano de quarenta, e que naquele ano seria levantado novo rei de Portugal e que este se chamaria D. João, com todas as outras circunstâncias tão miúdas e particulares, como se verá no mesmo lugar.

De maneira que por todas estas profecias consta claramente que ao Reino de Portugal haviam de faltar os reis portugueses e que esta falta havia de suceder no décimo sexto rei descendente de El-Rei D. Afonso Henriques, e que havia o Reino de gemer debaixo da sujeição estranha, e que esta sujeição havia de ser a Castela, e que não havia de durar mais que sessenta anos não completos, e que o termo destes sessenta anos havia de ser no ano de quarenta, e que neste seria levantado pelos Portugueses rei novo, e que se havia de chamar D. João: as profecias o disseram e os olhos o viram.

Pois se Deus não quis que a sujeição de Portugal a Castela fosse perpétua, porque hão-de querer e porfiar os homens em que o seja? Se Deus limitou esta sujeição ao termo de sessenta anos, porque se não hão-de conformar os homens com seus soberanos decretos? E porque se não hão-de contentar com o que Deus se contentou? Porque se não verá no católico Ciro de Espanha um acto de tanta justiça e generosidade, e de tanto rendimento e obediência a Deus, como se viu no Ciro de Babilónia? Se Deus lhe deu o usufruto de Portugal por prazo somente de sessenta anos, e estes são acabados, porque se há-de querer chamar ao domínio e prescrever contra o Céu? Se lhe parece cousa dura arrancar de sua coroa uma jóia tão preciosa como o Reino de Portugal, reparem seus prudentes e católicos conselheiros que o não era menos naquele tempo, nem menos conhecido e celebrado no Mundo o reino de Judá, e que Ciro, rei ambicioso, arrogante e gentio, nem duvidou de o demitir de seu império. Quanto mais que por este acto de consciência, religião e cristandade, e por este Reino que Castela restituir ou consentir a Deus (pois Ele tem já restituído), lhe pode Deus dar outros maiores e mais dilatados, com que enriqueça e sublime sua coroa e amplifique o império de sua monarquia, como sucedeu ao mesmo Ciro. Por aquele acto de generosidade e desinteresse, foi Ciro tão amado de Deus, que lhe chamava *o meu rei, o meu ungido, o meu Cristo, o meu Ciro*; e pelo merecimento deste obséquio e rendimento à vontade divina lhe deu Deus em um dia o império dos Assírios, que era a primeira monarquia e universal do Mundo, como o mesmo Ciro reconhece havê-lo recebido da sua mão. Tão liberal é Deus com os príncipes que não regateiam reinos nem

estados com Ele; e por um reino de tão poucas léguas de terra, qual era o de Judeia (igual com pouca diferença de Portugal), dá em prémio e recompensa a monarquia de todo o Mundo!

Tais são os interesses (quando houvera algum maior que o de obedecer a Deus) que Espanha podia esperar do desinteresse deste acto, podendo de outra maneira (para que não calemos esta verdade) temer justissimamente que à resolução e porfia contrária sucedam efeitos também contrários. Se por um acto de justiça, desinteresse e obediência dá Deus uma monarquia, por um acto de justiça, ambição e desobediência também poderia tirar outra. E já a ordem das cousas naturais as teve menos dispostas a uma grande ruína.

[...]

No dia memorável da restituição de Portugal (ou fosse milagre ou mistério), é certo que a imagem de Cristo crucificado despregou publicamente o braço às portas daquele santo português que tem por graça própria sua recuperar o perdido⁴. Contra o braço estendido de Deus, que força dá que possa prevalecer, nem ainda resistir? Este é aquele braço omnipotente, que tira os poderosos do trono e levanta a ele os humildes ou os humilhados, como fez naquele dia. Grande glória é de Portugal ter em seu favor o braço de Deus; mas não foi menos honra e autoridade de Castela que fosse necessário o braço de Deus a Portugal para se libertar da sua sujeição.

[...]

Desengano, senhores meus; falemos e ouçamos como católicos. O que Deus faz, só Deus o pode desfazer; o que Ele levanta, só Ele o pode derribar. Bem sabe Castela (sinal é que o sabe bem, pois chega a o confessar, e no mesmo ano em que Portugal se havia de levantar o estamparam assim seus escritos), bem sabe Castela (digo) que Portugal com singularidade única entre todos os reinos do Mundo foi reino dado, feito e levantado por Deus, naqueles mesmos campos e naquela mesma província onde todos os anos trabalham e batalham os homens pelo derribar, pelo desfazer e pelo tirar a quem foi dado.

Se Deus o deu, como o podem os homens tirar? Se Deus o fez, como o podem os homens desfazer? Se Deus o levantou, como o podem os homens derribar? E se Deus prometeu que na décima sexta geração atenuada poria os olhos nela para o restituir, como há quem tanto à vista dos olhos de Deus queira triunfar sobre suas promessas e irritar seus decretos? Até a superstição dos Gentios conheceu a consequência desta verdade, e que os reinos fundados por um Deus, ainda quando houvesse muitos deuses, só o mesmo Deus os podia arruinar. [...]

Se Deus é o monarca supremo e universal, que funda e desfaz os reinos e os impérios e com tão especial solenidade fundou por sua própria Pessoa nos reis portugueses de Portugal, quem haverá, que não seja o mesmo Deus, que o possa desfazer e dissipar?

Ponderem-se muito aquelas três cláusulas – *in te mihi stabilire*. Se Deus o fundou em nós – *in te* –, quem o poderá arrancar de nós? Se Deus o quis para si – *mihi* –, como o poderá ser de outrem? E se Deus prometeu de o estabelecer – *stabilire* –, como o podem os homens arruinar? Acabem de conhecer os que se prezam de conhecer a Deus, que são homens; e tenham-se por homens, por racionais e por conselheiros os que seguirem os ditames deste conhecimento. Na prodigiosa batalha das Linhas de Elvas, quando o duque-general, primeiro ministro de Espanha, se viu tão inopinadamente de conquistador, conquistado, as trincheiras entradas, os esquadrões rotos, os fortes rendidos, o exército desbaratado, as palavras com que se retirou, como tão prudente e tão católico capitão, foram:

– *Contra Dios no valen manos*.

Se este ditame tão são, tão verdadeiro e tão evidente se seguira desde aquele dia, quanto sangue que ao depois se derramou estivera guardado nas veias ou se tivera de uma e outra parte empregado em serviço daquele grande Senhor, contra o qual não valem mãos nem validos? Contra a evidência e fé desta razão, que não tem resposta, costuma atravessar o Demónio aquela torpeza do Inferno, a que os homens com nome especioso e significação verdadeira infernal chamaram reputação. Dizem que não convém à reputação do grande monarca das Espanhas desistir da empresa de Portugal, não pelo que ele é, mas pelo que dirá o Mundo. Como se não estivéramos no mesmo Mundo em que ontem o mesmo monarca cedeu às Províncias Unidas dos Países-Baixos todos aqueles estados de que com tão diferentes direitos era herdeiro e legítimo senhor!

Mas para o nosso caso não são necessários exemplos, nem têm lugar, porque é diverso de todos e de superior hierarquia. E quando concedêssemos aos políticos que, para vaidade fantástica da opinião, se deviam arrastar tantos respeitos sólidos e verdadeiros, como eles falsamente ensinam, em nenhum caso da paz e recíproca desistência das armas esteve mais segura e mais honrada a reputação de Espanha e de seu grande monarca, que no da guerra presente. Pelo mesmo fundamento e único em que se funda todo este discurso, em ceder, obedecer a Deus e não resistir à sua vontade conhecida, nunca se perde nem pode perder reputação, antes se ganha a maior e mais qualificada de todas; porque, se a reputação consiste no juízo dos homens, nenhum juízo haverá no mundo católico, político, nem ainda gentílico, que não estime e venere uma tal acção pela mais cristã, mais justa, mais prudente, mais generosa, mais heróica de quantas honraram a memória dos maiores príncipes.

⁴ [...] O milagre deu-se junto da igreja de Santo António, à Sé.

[...]

O poderosíssimo monarca Filipe IV, o Grande! Dai licença para que tenham entrada a vossos ouvidos os ecos destas últimas cláusulas, não de meu discurso, senão de meu desejo. As vozes de que eles se formam sabe O que conhece os corações, que não se escrevem com outro fim mais que o de O agradar, e de que todo os príncipes católicos O agradem.

Que se não derrame sangue cristão, e sobre cristão espanhol, pois é aquele de que mais puramente se alimenta a Santa Madre Igreja e de que cabeça dela recebe os espíritos com que vivifica e anima seus mais distantes membros.

Ouvi, Senhor, a voz de um estrangeiro, desinteressado vassalo que foi já vosso por sujeição, e hoje é também vosso (posto que não vassalo) por affecto. Ouvi a voz de um homem que nem das felicidades de Portugal espera, nem das vossas teme; porque vive fora da jurisdição da fortuna, por estado muito abaixo da sua roda, e por coração muito acima dela. Com todo este desinteresse me atrevo, Senhor, a vos dizer de longe o que pode ser não tenhais ouvido de mais perto.

A maior façanha de Carlos, vosso avô, com que coroou todas as suas, foi saber morrer. Mereceste na vida o título de Grande; maior sereis no fim dela, se ao de Grande acrescentardes o de Justo. Não se pode pagar a Deus o que é de Deus, sem dar a César o que é de César. E seria grande desgraça perder o Reino eterno por um temporal já perdido.

Não duvido, Senhor, que tereis conselheiros de grandes letras, que segurem e justifiquem as causas e tão dilatada e cruel guerra; mas ponham os reis diante dos olhos as letras e as balanças de Baltasar e examinem eles se os seus maiores se governaram pelos pareceres dos letrados, ou os letrados pelos interesses dos reis. Os textos são da justiça, as interpretações podem ser da lisonja. Com um texto santo mal interpretado quis o Demónio despenhar a Cristo, e depois deste texto e desta interpretação lhe ofereceu o reino que lhe não podia dar.

Grande sinal é de predestinação de um príncipe que faça Deus por ele as restituições que nem seus predecessores fizeram, nem ele havia de fazer.

Felicidade é levar já abatida das contas que se hão-de dar a Deus uma partida tão grossa, como o Reino de Portugal e suas Conquistas: basta haver-se de dar a mesma conta de Ormuz, de Ceilão, de Malaca, do Brasil, perdidos pela desatenção dos ministros ou pela intenção (que será pior) dos políticos. O tratado de uma boa e justa paz podia ser uma bula de composição geral, com que se levassem purgados todos estes encargos. Não queirais levar sobre vós e deixar sobre vossos filhos, por cima de tanto sangue derramado, o que ainda se pode derramar.

Lembro-vos, Senhor, o signo debaixo de que nascestes — e seja este o último suspiro do meu affecto: nascestes no dia em que morreu o Rei dos reis e Monarca supremo do Mundo, para dar exemplo de morrer a príncipes. Ponde os olhos neste soberano exemplar; firmai o título de rei com o de católico, pois sempre prezastes mais o de católico que o de rei; seja parte do sacrificio a repartição das vestiduras e leve embora a túnica aquele a quem coube em sorte; e faça-se tudo diante de vossos olhos antes que os fecheis. Se vos parece amargoso este trago, gostai o fel e não o passeis da boca. Com esta obra tão consumada, podeis entregar a alma segura nas mãos do Padre, que é rei e Senhor, o que só importa. Com uma inclinação da cabeça podeis deixar pacificado o Mundo. Deixai a paz por herança a vossa esposa. Esta será a maior prenda do vosso amor, este o troféu maior de vossas vitórias.

[III]

Jesus, Maria José
Capítulo I

Entrando a tratar do Quinto Império do Mundo (grande assunto deste nosso pequeno trabalho), para que procedamos com a distinção e clareza tão necessária em toda a história e muito mais neste género, a primeira cousa que se oferece para averiguar e saber é que impérios tenham sido ou hajam de ser os outros quatro, em respeito ou suposição dos quais este novo de que falamos se chama *Quinto*. Porque sem recorrer à memória dos tempos passados, e pondo somente os olhos no mundo presente, conhecemos hoje nele muito maior número de impérios. Na Ásia, o vastíssimo Império da China, o dos Tártaros, o do Persa, o do Mogor; na África, o da Etiópia; na Europa, o de Alemanha, em que sem a grandeza se continua o nome, e o de Espanha, em que sem o nome, posto que arruinada e combatida, se sustenta a grandeza; e em todas estas três partes do Mundo o violento Império dos Turcos, tão estendido, tão unido, tão poderoso e formidável. Havendo, pois, ainda nesta nossa idade tantos impérios, e sendo tantos mais os de nações bárbaras e políticas que em diversos tempos do Mundo se têm levantado e caído, com razão se deve duvidar e desejar saber a causa por que este nosso Império que prometemos recebe o número de *Quinto*, e quais sejam em ordem os outros quatro que lhe deram este lugar ou este nome. Ao que respondemos breve e facilmente que este modo de contar não é nosso nem de algum outro

historiador ou autor humano, senão fundado e tirado das Escrituras divinas, cuja história profética, sem fazer caso de muitos e grandes impérios que floresceram e haviam de florescer em vários tempos e lugares do Mundo, só trata do primeiro que se começou e levantou nele, e dos que em continuada sucessão se lhe foram seguindo até ao tempo presente, os quais em espaço quase de quatro mil anos têm sido com este quatro. Esta sucessão e seu princípio foi desta maneira.

Capítulo II

Correndo os anos de 1860 da criação do Mundo, 3800 antes do presente de 1664 em que isto escrevemos, depois que a confusão das línguas na torre de Babel dividiu seus fabricantes em diversas partes da terra, castigo tão merecido a sua soberba como necessário à propagação do género humano e à mesma grandeza que aspiravam, Belo, filho do gigante Nembrot (posto que não faltam graves autores que fazem destes dois nomes o mesmo homem), reduzindo a sujeição e obediência política a liberdade natural com que todos até aquele tempo nasciam, foi o primeiro que ensinou ao Mundo e introduziu nele a tirania, a que depois com nome menos odioso chamaram *Império*. [...]

Foi este império de Belo o dos Assírios ou Babilónios; durou, segundo Justino, perto de mil e trezentos anos; teve, entrando neste número Semíramis, 37 imperadores, de que foi o último Sardanapalo.

Ao império dos Assírios sucedeu o dos Persas pelos anos da criação 3444. Começou em Ciro, acabou em Dario; contou por todos catorze imperadores. Não durou, conforme Eusébio, mais que duzentos e trinta anos.

O terceiro Império, que foi o dos Gregos, ainda durou menos, se o considerarmos como monarquia. Alexandre o começou e acabou em Alexandre, para que vejam e conheçam as coroas quanto é grande a sua mortalidade, pois pode ser mais breve a vida de um império que a de um homem. Começou este Império dos Gregos depois pelos anos do Mundo 3672, conservou-se unido somente oito, e, antes deles acabados, se dividiu em três reinos: o da Ásia, o da Macedónia, o do Egipto; e este (que foi o que mais permaneceu) continuou com desigual fortuna trezentos anos, até que, governado e não defendido pela celebrada Cleópatra, o ajuntou Marco António à grandeza romana.

Havia já neste tempo setecentos anos que Rómulo levantara junto ao rio Tibre aquelas primeiras choupanas que depois se chamaram Roma, cujo Império começou com este nome em Júlio César, trinta anos antes do nascimento de Cristo. Durou, pois, o Império Romano com toda a inteireza de sua monarquia 400 anos, com sucessão de 35 imperadores até ao grande Constantino, o qual, fundando nova corte em Constantinopla, dividiu o Império, para melhor governo, em Império Oriental e Ocidental, e desde este tempo começaram as águias romanas a aparecer coroadas com duas cabeças. Sustentou-se o Império Oriental por espaço de quatro mil anos, em que contou oitenta e quatro imperadores, de que foi o último outro Constantino de muito diferente fortuna, porque, sendo sitiado e vencido por Maomete II, dentro em Constantinopla, perdeu a vida e a cidade e sepultou consigo todo o Império. O do Ocidente, depois daquela divisão, experimentou nela grandes variedades, porque, sendo governado alguns anos por imperador com igual jurisdição e majestade, se passou o governo a exarcas, que eram ministros e como lugar-tenentes dos imperadores orientais, até que, em tempo o Papa Lúcio XII, eleito Carlos Magno em imperador do Ocidente, ficando Roma como cabeça da Igreja, ao Pontífice passou o assento do Império – a Alemanha.

Sucedeu esta mudança pelos anos de Cristo de 810, nos quais o Império, diminuindo sempre em grandeza e majestade, tem contado noventa imperadores até Fernando III, que hoje reina, e com grande valor e zelo da Cristandade está resistindo-se (queira o Céu que seja com melhor ventura!) a outro Maomete.

Estes são em breve suma os quatro Impérios que desde o primeiro que houve no Mundo se foram continuando e sucedendo até ao presente, cuja notícia, quando não fora tão necessária para o ponto em que estamos, sempre era muito conveniente dar-se logo neste princípio, para melhor entendimento de tudo o que se há-de dizer adiante.

Em respeito, pois, e suposição destes quatro impérios, chamamos *Império Quinto* ao novo e futuro que mostrará o discurso desta nossa *História*; o qual se há-de seguir ao Império Romano na mesma forma de sucessão em que o Romano se seguiu ao Grego, o Grego ao Persa e o Persa ao Assírio. E assim como o Império dos Persas se chama o segundo Império, porque sucedeu ao dos Assírios, que foi o primeiro do Mundo, e o dos Gregos se chama o terceiro, porque sucedeu ao dos Assírios e dos Persas, e o dos Romanos se chama o quarto, porque sucedeu ao dos Assírios, ao dos Persas e ao dos Gregos, assim este nosso Império, porque há-de suceder ao dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos (como logo veremos), se deve chamar com a mesma razão e propriedade o *Quinto Império do Mundo*; e porque todos os outros Impérios, passados e presentes, por grandes e poderosos que fossem, ficaram fora da ordem desta sucessão, que começou no primeiro e há-de acabar no Quinto (que será também o último), por isso as Escrituras Sagradas não fazem menção nem memória alguma deles, como também nós a não fazemos. Nem eles, por muitos que hajam sido, ficando fora da mesma ordem, podem acrescentar número ou lugar ao novo Império com que mude ou exceda o que lhe damos de Quinto.

Tudo o que até aqui fica dito são suposições certas e, sem dúvida, tiradas de diferentes lugares do Texto Sagrado, que vão citadas, à margem, e o não pusemos no corpo da história por não embarçar o desenho dela. Autores que dizem o mesmo, posto que em matéria tão averiguada e sem controvérsia não são necessários autores, alegaremos nos capítulos seguintes; o que resta e importa mostrar é que haja de haver sem dúvida este novo e prometido Império a que chamamos Quinto. E assim o faremos agora, com toda a demonstração e certeza, porque esta é a base e fundamento de toda a nossa *História* e assunto particular deste I Livro.

Livro I

Capítulo I

Mostra-se a Quinta Monarquia com a 1.^a profecia de Daniel

Já dissemos que os futuros livros ou contingentes (qual é o Império que prometemos) só são manifestos a Deus e a quem os quer revelar. E, assim, para fundarmos bem a esperança deste grande futuro, devemos recorrer principalmente aos que a Fé nos ensina que foram verdadeiros profetas, entre os quais, como também deixamos dito, tem o primeiro lugar Daniel, não pelo espírito de profecia que foi tão superiormente ilustrado, mas porque o fez Deus particular profeta dos reinos e das monarquias. Será, pois, a primeira pedra deste edifício uma grande profecia de Daniel.

No ano antes de Redenção do Mundo 450, Nabucodonosor, um dos últimos reis imperadores de Babilónia, que era, como fica dito, o Império dos Assírios, desvelado uma noite com os pensamentos da sua monarquia, em prémio ou conseqüência deste cuidado mereceu que Deus lhe revelasse, sendo gentio, o sucesso de muitas cousas futuras, assim como outros príncipes que têm fé e desmerecem por sua negligência e descuido até o conhecimento natural dos presentes. Viu, pois, Nabuco em sonhos uma visão admirável e portentosa, com cuja apreensão e assombro acordou de tal maneira perturbado e confuso, que somente se lembrava que acabava de sonhar cousas prodigiosas, grandes e preñes de mistérios, mas totalmente se esquecia quais foram. Assim, estimulado igualmente do desejo e do temor que a mesma lembrança lhe causava, mandou logo chamar os maiores sábios dos seus reinos, os magos, os aríolos, os caldeus, que eram os que pela observação das estrelas e outras professavam a ciência das cousas futuras, e, depois de trazidos à sua presença, lhes declarou por si mesmo tudo o que lhe tinha sucedido, e mandou-lhes seriamente que não só lhe haviam de dizer logo a significação do sonho, senão também o que tinha sonhado. Responderam os sábios que, se o rei lhes manifestasse o que sonhara, eles se obrigavam a declarar a significação de tudo, porque isso era a sua profissão e o mais a que se estendia a ciência humana; mas que adivinhar qual houvesse sido o sonho era segredo impossível de alcançar aos homens e reservado somente à sabedoria dos deuses. Falaram assim, porque todos eram gentios.

Não se aquietou Nabuco com esta resposta dos sábios, antes os arguiu com ela de falsos, enganadores e indignos de crédito; porque, se não podiam saber o sonho, que era cousa passada, como haviam de conhecer a significação dos futuros, e somente lhes haviam de dar crédito no segundo e mais dificultoso, se no primeiro e mais fácil eles mesmos confessavam sua ignorância? Que se resolvessem a dizer logo uma e outra cousa, senão que ele e suas famílias morreriam todas. E como os tristes sábios respondessem outra vez que não sabiam nem podiam satisfazer ao rei no que deles queria, irado grandemente, Nabuco mandou que os levassem de sua presença e que neles e em todos os professores das mesmas artes se executasse logo a sentença de morte. Tão violentos são os apetites do poder supremo, e tão arriscado não satisfazer aos reis até no impossível!

Achava-se neste tempo em Babilónia Daniel, onde fora levado com El-Rei Joaquim no primeiro cativoiro ou transmigração dos Hebreus. Orou a Deus, ele e seus três companheiros, que também entravam no número dos condenados, porque tinham estudado, por mandado do mesmo rei, as ciências de Caldeia; foi-lhe revelado pelo Céu o sonho e a interpretação dele, e quando já a multidão dos sábios, rodeados de rústicos e tumulto popular, começavam a caminhar para o lugar do suplício, faz parar a execução Daniel. Oferece-se a declarar o sonho; pede que o levem a Nabucodonosor, e, posto em sua presença e na dos maiores príncipes de Babilónia que o acompanhavam, depois de confessar a insuficiência sua e de todo o saber humano, e mostrar como só o Deus verdadeiro, a quem ele servia e que fora o autor daquele sonho, o podia revelar e a significação dele, primeiramente com assombro e pasmo do rei lhe contou muito miudamente por sua ordem a história do que tinha sonhado, e, depois, com igual admiração e espanto de todos, lhe foi explicando parte por parte os mistérios e segredos futuros que tão prodigiosa visão em si encerrava.

Este é o prólogo da primeira profecia de Daniel, e todo este aparato de circunstâncias com o Texto Sagrado descreve o sucesso dela, as quais porventura puderam parecer menos necessárias ao nosso argumento, mas nós as quisemos resumir brevemente aqui, para crédito natural da mesma profecia; pois não só nos obrigam a que a creiamos por fé os que somos cristãos, mas se podem convencer com elas por discurso até os mesmos Gentios.

A história do sonho, pelas palavras com que Daniel a referiu, é a seguinte: [...] «Começaste a cuidar, ó Rei, deitado no teu leito, diz Daniel, o que havia de suceder depois do tempo presente, e o Deus que só pode revelar os mistérios e segredos ocultos te mostrou naquela visão tudo o que está para vir nos tempos futuros, e o que eu agora te direi, não por arte ou ciência minha, senão por revelação sua. Parecia-te que vias defronte de ti uma estátua grande, de estatura alta e sublime e de aspecto terrível e temeroso. A cabeça desta estátua era de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre até aos joelhos de bronze, os joelhos de ferro, os pés de ferro e de barro. Estando assim suspenso no que vias, viste mais que se arrancava uma pedra de um monte, cortada dele sem mãos, e que, dando nos pés da estátua, a derrubava. Então se desfizeram juntamente o barro, o ferro, o bronze, a prata, o ouro, e se converteram em pó e cinza, que foi levada dos ventos, e nem aqueles metais apareceram mais, nem o lugar onde tivessem estado; porém, a pedra que tinha derrubado a estátua cresceu, e, fazendo-se um grande monte, ocupou e encheu toda a terra.»

Até aqui a relação do sonho, a qual Nabuco de novo ia ouvindo e reconhecendo, lembrando-se outra vez de tudo pela mesma ordem com aquela espécie de memória a que os filósofos chamam reminiscência.

Seguiu-se à história do sonho a interpretação dele, de que nós diremos agora somente o que pertencer ao ponto em que estamos, reservando o demais (que é muito) para seus lugares. Disse, pois, Daniel que aquela grande estátua significava a sucessão do Império do Mundo, e os diferentes metais de que era composta as mudanças que o mesmo Império havia de ter em diferentes tempos e para diferentes nações. A cabeça de ouro significava o Império dos Assírios, em que Nabucodonosor naquele tempo reinava; e porque este Império, como deixamos notado, foi o primeiro e o princípio de todos os Impérios, por isso estava representado na cabeça, que é o princípio do corpo, e no ouro, que é o primeiro entre todos os metais.

A prata, que é o segundo metal, significava o Império dos Persas, que foi o segundo depois dos Assírios, e que se seguiu a eles, assim como o peito e braços se seguem à cabeça.

O bronze, que é o terceiro metal, significava o Império dos Gregos, que foi o terceiro depois dos Persas e se seguiu depois deles, assim como o ventre se segue depois do peito.

O ferro, finalmente, que é o quarto metal, significava o Império dos Romanos, que foi e é o quarto Império, que sucedeu aos três primeiros; e assim como as pernas e pés são a última parte do corpo humano, assim este é e há-de ser o último Império dos que naquela estátua se representavam.

Tudo o que até aqui fica dito é de fé, ou se segue imediatamente dela, porque, ainda que Daniel na sua explicação do sonho não nomeou as três nações de Persas, Gregos e Romanos, disse, porém, expressamente que os três metais significavam três reinos, que sucessivamente se haviam de continuar uns aos outros, sinalando-os nomeadamente por primeiro, segundo e terceiro reino: [...]; e consta pela experiência e pelo testemunho de todas as histórias, não só humanas, senão também das sagradas e divinas, que os três reinos e impérios que sucessivamente se seguiram ao dos Assírios foram o dos Persas, o dos Gregos e o dos Romanos: ou, por o dizer com mais propriedade e certeza, consta que o mesmo Império que primeiro foi dos Assírios, vencidos estes por Ciro, passou aos Persas, e o mesmo Império dos Persas, vencidos estes por Alexandre, passou aos Gregos, e o mesmo Império dos Gregos, vencidos estes por vários capitães de Roma, passou e se incorporou no Império Romano. E este é o verdadeiro, certo e indubitável sentido de interpretação de Daniel, recebido, aprovado e seguido por todos os Padres e expositores deste lugar, em que não há discrepância nem dúvida alguma.

A razão ou mistério porque o Império Romano se representou no ferro, diz particularmente Daniel que foi porque, assim como o ferro lima, bate, corta e doma os metais, sem haver algum que lhe possa resistir, assim o Império Romano e o poder invencível de suas armas havia de abater, desfazer, sujeitar e dominar todos os outros impérios. [...] E quadra maravilhosamente no Império Romano a figura das duas pernas e pés da estátua em que foi representado; não só porque, assim como os pés da estátua sustentavam e tinham sobre si o peso e grandeza de toda ela, assim o Império Romano teve sobre si e em si o peso e grandeza de todos os outros impérios que nele se uniram e ajuntaram, mas porque o mesmo peso e grandeza, como acima vimos, foi causa de que o Império Romano se dividisse em dois impérios ou duas partes iguais do mesmo, com a qual divisão, pondo um pé no Oriente outro no Ocidente, um em Roma outro em Constantinopla, ficaram verdadeiramente sendo estas duas partes do Império Romano como duas colunas naturais de ferro, sobre as quais toda a máquina daquele portentoso colosso se sustentava. Mas não parava aqui a propriedade da semelhança. Assim como, na divisão de uma e outra perna da estátua, se representava a divisão do Império Romano nos dois impérios, assim os dez dedos, uns maiores, outros menores, em que se dividiam, significavam dez reinos, em que a grandeza do mesmo Império Romano, na sua última declinação, se havia de dividir. Para cuja inteligência se deve notar que tudo o que hoje possuem os príncipes cristãos na Europa, e tudo o que na Europa, na África e na Ásia possui o Turco, são umas divisões ou retalhos do Império Romano, e as partes ou membros de que aquele vastíssimo corpo na sua maior grandeza e potência se compunha, as quais lhe foram tirando as mesmas nações que ele tinha sujeitado, restituindo-se outra vez a sua primeira liberdade e soberania, como hoje estão, sem reconhecerem sujeição nem obediência alguma ao Império Romano. [...]

Assim se dizia e escrevia então, e assim o estamos vendo hoje, comprovando-se a verdade desta interpretação com a experiência e confirmando-se ser este o verdadeiro sentido da profecia com o cumprimento dela; porque, se bem contarmos os reinos em que hoje está dividido ou despedaçado o que antigamente foi e se chamava Império Romano, acharemos pontualmente que são dez reinos: Portugal, Castela, França, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Moscóvia, Polónia e Estado ou Império Turco, e o mesmo Império Romano, que compreende Alemanha e Itália. E se uns reinos destes são maiores, outros menores, uns mais fortes, outros menos, essa mesma é a propriedade dos dedos, [...].

Passa finalmente o mesmo Profeta a declarar o mistério ou significação do barro de que os dedos eram compostos em uma parte juntamente com outra de ferro, e diz [...] Daniel que o barro dos pés da estátua significava a debilidade e fraqueza a que o Império Romano, depois de tanta potência, havia de descair, principalmente na sua última idade e declinação, que é o estado em que o vemos. Adverte, porém, o Profeta que não eram os dedos totalmente de barro, senão compostos parte de barro e parte de ferro, porque nesse mesmo estado de sua declinação, debilidade e fraqueza conservaria o Império algumas partes sólidas em que permanecesse a dureza e fortaleza do antigo ferro de que todo antes era formado, que é, ao pé da letra, o que se tem visto e experimentado no Império Romano, desde o tempo de sua maior declinação a esta parte, em tantas ocasiões de guerras e batalhas contra Turcos, contra hereges e contra alguns príncipes cristãos, nas quais em defesa da própria e da Igreja têm pelejado os exércitos imperiais com grande valor, disciplina e constância, e alcançado de seus inimigos gloriosas vitórias. E a mesma oposição tão bizarra com que as armas do Império nas fronteiras de Alemanha e Hungria, e o mesmo Imperador em pessoa, estão hoje resistindo às invasões do Turco e poder otomano, que outra cousa são ainda, senão partes e partes muito sólidas daquele mesmo ferro?

Mas vindo às partes de barro: estas são (diz Daniel) aquelas províncias e nações que, sendo partes do antigo Império Romano, se desuniram e tiraram de sua sujeição, e formaram novos reinos, os quais, ainda que em si mesmos sejam muito poderosos e fortes, e verdadeiramente se possam chamar partes de ferro, em respeito, porém, do Império de que se apartaram, e que tanto desuniram e enfraqueceram com sua separação, não são nem se podem chamar senão partes de barro. E tal é hoje o Reino de França, o de Inglaterra e da Suécia, e o mesmo de Castela ou Espanha, em respeito do Império Romano. E porque não cuidasse alguém que a união que se perdeu pela separação das coroas se recuperou e supriu pela conjuração do sangue, casando os imperadores nas casas reais dos outros príncipes e os reis na dos imperadores, e sendo estes muitas vezes eleitos das mesmas famílias que do Império se apartaram, acode Daniel a esta objeção, dizendo: [...] «misturar-se-ão e ligar-se-ão no sangue», [...] «mas nem por isso se unirão nem ligarão entre si», [...] «bem como o ferro se não pode unir nem ligar com o barro.» A tanta miudeza como isto desceu o Profeta, acrescentando em todas estas circunstâncias novas e admiráveis confirmações à verdade da sua Profecia.

Quantas vezes se intentou na Europa que entre os imperadores e reis da Cristandade se estabelecesse uma liga firme, interpondo-se para isso a autoridade dos Sumos Pontífices, e quantas vezes se liaram os mesmos príncipes entre si por meio de recíprocos casamentos, sem jamais se conseguir a união desejada! Que imperador ou que rei houve na Cristandade há muitos anos que, se gota por gota lhe distinguirem o sangue, não tenha cada um dos outros príncipes quase iguais partes nele? E que guerras vimos ou sabemos entre estas coroas, em que o sangue que de uma e outra parte se defende, e ainda o que se derrama, não seja o mesmo? Tão misturado anda o sangue nestas últimas relíquias do Império Romano, mas tão resumido sempre, e por isso o mesmo império tão enfraquecido!

[...] Significam os dedos dos pés da estátua as últimas extremidades do Império Romano e a sua duração, e, se eu me não engano, no mesmo dia em que isto estou escrevendo se está cumprindo esta profecia. Que casa real há no Mundo mais ligada com a do Império, que ramo há que seja mais próprio daquele tronco, e que sangue mais repetidamente unido por multiplicados casamentos que o de Áustria e Castela? E que pessoa real há também em que mais apertadamente estejam atados estes vínculos e mais dobrados todos estes respeitos que na de El-Rei Filipe IV, primo do Imperador, cunhado do Imperador, genro do Imperador? Considere agora o Mundo o estado em que o mesmo Imperador se achou no ano passado e em que se acha no presente, com os poderosos exércitos do Turco metidos dentro na Áustria, e quase, batendo às portas de Praga, corte do Império, os campos talados, as cidades destruídas, os homens barbaramente mortos a sangue-frio, as mulheres e meninos cativos e transmigrados para a Turquia, os templos e pessoas dedicadas ao templo em abomináveis sacrilégios profanados, e, depois de profanados, abrasados e feitos em cinzas; e neste mesmo tempo em que o ferro de Espanha se havia de unir todo ao ferro do Império, vemo-lo todo infelizmente convertido contra Portugal, mas por isso mesmo infelizmente! Se este ferro se unira ao Império contra o Turco, fora ferro, mas, porque se desune dele em tal ocasião e se converte contra Portugal, é barro.

Barro e barro quebradiço foi o ano passado e, por mais que se mostre ou ameace ferro, barro há-de ser também no presente. Quanto melhor e mais católica acção fora, e quanto de maior exemplo para todos os príncipes católicos e de menor escândalo para os hereges e para os mesmos Turcos, se o sangue espanhol, e tão valoroso, que de uma e outra parte se desperdiça, com lástima e lágrimas da Igreja, no campo de Portugal e

Castela, se empregara com glória imortal de ambas as coroas em defesa da Fé, da Cristandade, da Religião, e da mesma cabeça dela, a quem tão de perto ameaça este golpe! Mas quando todo o poder de Espanha se havia de achar unido contra o Turco em socorro de Alemanha e Itália, despovoam-se os presídios de Itália, levantam-se os de Alemanha e chamam-se todos a Castela contra Portugal, para que triunfem nas bandeiras otomanas as luas de Mafoma, e se conquistem e sejam vencidas nas portuguesas as chagas de Cristo!

Este é o barro dos pés da estátua, esta é a fraqueza das extremidades do Império Romano, esta é a queixa que Daniel explica e pondera na mesma fraqueza, mostrando que a principal causa de toda ela é a desunião daquelas partes que, por serem mais conjuntas em sangue e parentesco, tinham obrigação de ser mais unidas [...].

Temos visto até aqui, desde a cabeça até aos pés da estátua, o primeiro, segundo, terceiro e quarto império; segue-se agora ver o quinto na mesma história do sonho de Nabuco e na mesma interpretação de Daniel, o qual, depois das palavras ultimamente referidas, continuou e concluiu desta maneira: *In diebus autem regnorum illorum etc.... quæ ventura sunt postea*. Quer dizer: aquela pedra, ó Rei, que viste arrancar e descer do monte, que derrubou a estátua e desfez em pó e cinza todo o preço e dureza de seus metais, significa um novo e quinto Império que o Deus do Céu há-de levantar no Mundo nos últimos dias dos outros quatro. Este Império os há-de desfazer e aniquilar a todos, e ele só há-de permanecer para sempre, sem haver de vir jamais por acontecimento algum a domínio ou poder estranho, nem haver de ser conquistado, dissipado ou destruído, como sucedeu ou há-de suceder aos demais. Estas são as cousas futuras que Deus te quis mostrar, ó Rei, e este é o sonho que tiveste e esta a verdade de sua interpretação [...].

Capítulo II

Segunda profecia de Daniel

[...]

Passados 47 anos depois daquela visão (que foi o ano 54 do último cativo de Babilónia), reinando já nela Baltasar, que sucedeu a Nabuco no Império dos Assírios ou Caldeus, viu o Profeta Daniel em uma visão de noite [...], viu, digo, que os quatro ventos principais se davam batalha no meio do mar e levantavam uma horrível e furiosa tempestade; mas o mar assim perturbado e temeroso não era mais que o teatro em que haviam de sair a representar quatro figuras horrendas, a que o profeta chama *bestas grandes*: [...].

«Saiu a primeira besta semelhante a uma leoa com asas de águia; pôs o Profeta nela os olhos, e não levou assim muito tempo, até que lhe foram tiradas ou arrancadas as asas. E logo levantou as mãos da terra e se pôs em pé e ficou em figura de homem.» Vejam lá os leões se lhes tira Deus as asas para [que] sejam homens! [...]

«Saiu a segunda besta semelhante a um urso, firmou-se sobre os pés e parou; tinha três ordens de dentes, entre os quais trazia três bocados, e diziam-lhe que comesse e se fartasse de carne.» [...]

«Depois desta saiu a terceira besta semelhante a um leopardo, e tinha quatro asas como ave e quatro cabeças; e foi-lhe dado grande poder.» [...]

Durava ainda a noite, diz o Profeta, e por fim de todas entrou «a quarta besta, horrível, espantosa e muito forte. Tinha os dentes de ferro grandes com que comia e despedaçava tudo, e o que lhe caía da boca ou não queria comer pisava com os pés. Era mui diferente de todas as outras bestas, e tinha na testa dez pontas.» [...]

Enquanto tudo isto notava, Daniel via que de entre as dez pontas da quarta besta saía uma ponta menor que as outras, a qual obrou grandes estragos e outras cousas prodigiosas, cuja narração e mistérios pertencem ao Livro V desta nossa *História*, para onde o reservamos, como também outras circunstâncias desta mesma visão que expenderemos em seus lugares.

E, continuando o que pertence a este, «levantou Daniel os olhos ao céu e viu que se armava um tribunal de juízo, cheio com grande aparato de horror, grandeza e majestade. Trouxeram-se cadeiras e assentou-se em um alto trono um velho de venerável ancianidade, a quem o Profeta chama *Antigo de Dias*⁵, cujo cabelo era todo branco, e brancas as roupas de que estava vestido, aquele como arminhos, estas como neve; a matéria do trono era fogo, umas rodas sobre que o trono estava levantado também fogo, e de fogo também um rio arrebitado que da boca lhe saía. Os ministros que lhe assistiam de uma e outra parte eram milhares de milhares; assentaram-se os conselheiros ou juizes assessores; vieram os livros e abriram-se.» [...]

A primeira sentença ou execução que saiu deste juízo foi que à primeira, segunda e terceira besta se tirasse todo o poder, limitando-se a cada uma o tempo determinado de sua duração, o qual acabado, acabaram. Acabou também a quarta besta, porque «viu o Profeta que fora morta violentamente, e que todo aquele grande corpo pusera, e que fora entregue ao fogo para ser queimado», não ficando de tanta grandeza e bravosidade mais cinzas. [...]

Torna a dizer o Profeta que «ainda durava a noite e viu vir rodeado de nuvens do céu um como filho do homem, o qual chegou ao trono do *Antigo de Dias* e o ofereceram em sua presença. E ele lhe deu o poder, a

⁵ Corrigimos *Antigo dos dias* para *Antigo de Dias*, como surge à frente. [Nota do Editor.]

honra e reino de todo o Mundo, para que todos os povos e todos as tribos⁶ e todas as línguas o obedeçam e sirvam. Este seu poder será eterno, eterno também o reino, porque nunca jamais lhe será tirado.» [...]

Até aqui o mesmo Profeta, o qual, porém, referindo a dita interpretação, passa em silêncio algumas circunstâncias dela, sem dúvida para não exceder a brevidade que no princípio deste capítulo tinha prometido. [...] E a razão de passar por aquelas circunstâncias tão brevemente ou foi porque as supôs bastantemente declaradas na visão do segundo capítulo ou sonho de Nabucodonosor que acabamos de explicar, ou certamente porque as julgou de menos importância ao seu interesse principal, que é a demonstração do *Quinto Império*, exprimindo com grande particularidade e miudeza tudo o que pertence a ele, como agora veremos.

Primeiramente diz Daniel (ou disse a Daniel o seu intérprete) que «aquelas quatro bestas grandes significavam quatro reinos ou quatro impérios, que sucessivamente se haviam de levantar no Mundo, depois dos quais se havia de seguir outro quinto reino ou império, que o mesmo intérprete chama *Reino dos Santos do Altíssimo*, o qual não há de ter mudança nem variedade, nem outro reino algum ou império que lhe suceda, porque há-de durar para sempre. [...]

Esta é a interpretação em comum que deu o intérprete do Céu a toda a visão, sobre a qual nos explicaremos mais particularmente, declarando todas as figuras dela pela mesma ordem com que foram saindo, advertindo o que o Profeta e seu intérprete exprimiram, e suprimindo com a exposição dos Doutores o que eles calaram, coligido, porém, tudo imediatamente do mesmo que dizem. Não declara Daniel que ventos fossem aqueles, nem que tempestades se levantaram no mar antes de sair [saírem] nele as quatro bestas, mas todos os expositores concordam em que o mar significava o Mundo, e os ventos e tempestades que o alteram as alterações, movimentos, guerras e perturbações que se costumam experimentar no mesmo Mundo, quando nele se levantam novos impérios.

Mas, antes que passemos adiante, satisfaremos um argumento que nos fica no texto de Daniel, por que não deixemos o inimigo nas costas. Diz o texto que levantará Deus esta nova monarquia *in diebus regnorum illorum*, nos dias daqueles impérios. Logo, esta monarquia não é futura, senão passada, porque dos quatro impérios já passaram totalmente os três, que são o dos Assírios, o dos Persas e o dos Gregos, e o quarto, que é o Romano, também está na última declinação. Respondo que o Profeta na sua interpretação se acomodou com grande propriedade à figura do enigma que declarava. Porque Deus, no sonho de Nabucodonosor, representou todos os quatro impérios, não como quatro corpos ou quatro indivíduos, senão como um só corpo ou um só indivíduo. Por isso, viu o Rei não quatro estátuas, senão uma só estátua; e assim como da quatro corpos dos quatro impérios se formou um corpo, assim das quatro durações dos quatro impérios se há-de compor uma só duração, donde segue que com toda a verdade se pode afirmar que sucederá nos dias daqueles Reinos o que sucede nos dias de qualquer deles. Exemplo: a vida de um homem compõe-se de muitas idades, e o que acontece em qualquer destas idades se diz com toda a propriedade e verdade que acontece nos dias daquele homem. Da mesma maneira a duração da estátua dos impérios era composta de diferentes idades. A sua primeira idade, que é o tempo dos Assírios, foi idade de ouro, a segunda, que é o tempo dos Persas, foi idade de prata, a terceira, que é o tempo dos Gregos, foi idade de bronze, a quarta, que é o primeiro Império dos Romanos, foi idade de ferro, a quinta, que é este último tempo dos mesmos Romanos, é idade de ferro e barro. E basta que nesta última idade, como decrepita, daquela estátua ou daqueles reinos se haja de levantar o Quinto Império, para que com toda a verdade e com toda a propriedade se verifique havê-lo Deus de levantar nos dias daqueles reinos; *in diebus regnorum illorum*. Assim que o Império que promete Daniel não é império já passado, senão que ainda está por vir.

Capítulo III

Prova-se o mesmo contra outra profecia de Zacarias

[...]

Diz pois o Profeta Zacarias, no capítulo VI da sua profecia, levantando os olhos (ou levantado-lhos Deus da atenção das cousas presentes para a visão das futuras), viu que do meio de dois montes de bronze saíam quatro carroças puxadas por quatro cavalos, cada tiro ou parilha de diferentes cores. Pela primeira tiravam cavalos melados, pela segunda murzelos, pela terceira pombos, pela quarta remendados; assim parece que se deve construir o texto na forma da nossa cavalaria, mas na frase do mesmo texto chama aos da primeira carroça ruivos, aos da segunda negros, aos da terceira brancos, aos da quarta vários, e estes entre os outros diz que eram os mais fortes.

Vendo estas carroças Zacarias e não entendendo o que significavam, diz que o perguntou a um anjo que falava dentro nele. Mas, ou porque este anjo falasse mais culto que o de Daniel, ou porque Zacarias se entendia por dentro com ele, acham os Doutores que explicou um enigma com outro, e mais trabalho tem dado aos

⁶ No original, *os tribos*. A mesma correção em lugares à frente. [Nota do Editor.]

expositores deste lugar a declaração do Anjo que a visão do Profeta. Respondeu, pois, o Anjo que aquelas quatro carroças (dos montes não disse nada) eram quatro ventos doces que assistiam ao dominador da Terra para executarem suas ordens; e que os cavalos negros tinham saído contra as terras do Norte, e após eles os brancos; os vários saíram contra as do Sul, e, destes, os mais fortes trataram de discorrer por toda a Terra, e que com licença do Dominador a tinham passeado toda.

Até aqui a interpretação do Anjo, na qual, e na visão do Profeta, seguiremos a comum sentença dos Doutores, que é desta maneira: estas carroças significam os mesmos quatro impérios que Deus mostrou a Daniel, e foram estes impérios representados ao Profeta em figura de carroças, e declarados pelo Anjo em metáfora de ventos, para mostrar a violência e velocidade com que seus fundadores conquistariam e sujeitariam por armas os reinos, terras e gentes de que se haviam de formar os ditos impérios; porque, ao uso daqueles tempos, a principal força dos exércitos consistia nas carroças armadas, que eram as que faziam maior estrago na guerra, como se vê nos casos tão celebrados.

Estas carroças diz o Anjo que estavam prontas como ventos para execução dos mandados do Dominador da terra, porque Deus, como supremo Senhor dos Exércitos, se servia sempre das armas de todas as nações, principalmente destas quatro, como tão poderosas para a execução de seus divinos decretos, os quais por altos e imutáveis são comparáveis aos dois montes de bronze donde saíam as carroças. A primeira carroça representava o Império dos Assírios, e tiravam por ela cavalos ruivos, que é cor de fogo, para significar os danos, assolações e incêndios com que os Assírios conquistaram, destruíram e abrasaram o povo hebreu, principalmente no cativeiro de setenta anos a que eles com razão chamavam *fornalhas da Babilónia*. A segunda carroça representava o Império dos Persas, e tiravam por ela cavalos negros, cor de tristeza e luto, porque também os Persas afligiram e foram lutosos aos Hebreus, principalmente naquela grande aflição, quando El-Rei Assuero, marido de Ester, persuadido pelos enganos de Amão, tinha condenado a morrer em um dia com crueldade inaudita toda a nação hebreia. A terceira carroça representava o Império dos Gregos e tiravam por ela cavalos brancos, cor pacífica e alegre, porque, exceto Antíoco (cuja tirania também serviu de matéria gloriosa aos triunfos dos Macabeus), os outros príncipes gregos sempre foram benéficos aos Hebreus, e mais que todos Alexandre Magno, fundador daquele império, cuja majestade, como escreve José, não duvidou de adorar no templo ao pontífice Jada. Finalmente, a quarta carroça representava o Império Romano, e tiravam por ela cavalos vários, porque os Romanos, assim no ódio como na benevolência, foram vários para com os Hebreus, uns amigos e propícios, como Júlio César, Augusto, Tibério, Cláudio; outros inimigos, perseguidores e cruéis, como Pompeu, Calígula, Nero, Vespasiano, Adriano, Tito.

Restam por explicar os diferentes caminhos que disse o Anjo fizeram estas carroças, e primeiro que tudo se deve muito notar que da primeira carroça não disse cousa alguma, que é admirável confirmação de serem significados nas quatro carroças os quatro impérios. Porque, como a primeira carroça significava o Império dos Assírios, que já havia muito tempo florescia, não tinha necessidade de intérprete nem declaração. E assim declarou somente o Anjo os três impérios seguintes, cuja fundação e sucessos estavam ainda por vir. A segunda carroça, dos cavalos negros, que são os Persas, diz o Anjo que caminhou para as terras do Norte; e assim foi, porque os Persas devastaram e ocuparam a Babilónia, que fica para a parte do Norte da Judeia, e ali acabou o Império dos Assírios. A terceira carroça, a dos cavalos brancos, diz que foi atrás da primeira, e assim sucedeu, porque os Gregos venceram e destruíram a Dario, último imperador dos Persas, junto à mesma Babilónia onde Alexandre, como escreve[m] Crítio e Plutarco, tomou o nome de Rei da Ásia. E a quarta carroça, dos cavalos vários, diz que foi para o Sul, e assim consta das histórias, porque os Romanos passaram por várias vezes à conquista do Egipto, que fica ao sul de Judeia, e depois da vitória chamada *actíaca*, em que Augusto desbaratou a Cleópatra e Marco António, reduziu o mesmo Egipto a província, como escreve Suetónio, e ali acabou o Império dos Gregos. De toda esta combinação das histórias com a profecia, e da consonância e harmonia dos tempos, lugares, nações, princípios, fins e todos os sucessos desses Impérios tão ajustados com as propriedades das figuras que as representavam, se faz certo e evidente argumento de que esta interpretação é a sólida e verdadeira, e que isto foi o que Deus e o Anjo quiseram significar ao Profeta.

Ultimamente diz que os cavalos mais fortes ou os robustíssimos da quarta carroça quiseram correr e passear toda a Terra, e que a correram e passearam; e assim se verificou nos Romanos, que com sua potência e vitórias se fizeram senhores do Mundo e o meteram debaixo dos pés. Estes *robustíssimos* dos Romanos foram os seus maiores capitães e imperadores, como Cipião, Pompeu, César, Augusto, Vespasiano, Trajano, Constantino, Teodósio, etc. E posto que os Romanos absolutamente não conquistaram o Mundo como é em si, porque nunca chegaram à América, que mais é uma metade que parte do Mundo, contudo, diz o Anjo que correram e passearam todo o Mundo no mesmo sentido em que Augusto, no seu edicto do tempo do nascimento de Cristo, mandou que todo o Mundo se alistasse, *ut describeretur universus orbis*⁷. Mas Sanchez, para explicar a palavra

⁷ Trad.: para que se descrevesse todo o orbe.

*per omnem terram*⁸ em toda a sua largueza, quer que não só nas terras do Mundo Antigo, senão nas da América, Mundo Novo, e nas da Índia Oriental, nunca conquistada nem ainda conhecidas pelos Romanos. E diz que aqueles *robustíssimos* de que fala o Anjo são os Espanhóis, verdadeiramente valentíssimos, audacíssimos e fortíssimos, pois conquistaram estas regiões novas e incógnitas, não pelejando contra os homens, como os antigos Romanos, senão contra os ventos, contra os mares, contra o Céu, contra o Sol, contra todos elementos e contra a mesma natureza, a que venceram e contrastaram. [...] Contudo, porque esta glória que Sanchez dá aos Espanhóis toca pela maior e melhor parte aos Portugueses, pelas vitórias do Oriente [...], digo que os Portugueses e todos os Espanhóis se podem e devem entender debaixo do nome de Romanos, no sentido desta profecia, porque Espanha e Portugal foram colónias dos Romanos, e parte não só do Império, senão do povo romano, e verdadeiros cidadãos romanos; ao que não obstava serem de diferente nação, como se vê em S. Paulo, que, sendo hebreu, apelou para o César, alegando que era cidadão romano e que só no tribunal de César podia ser julgado.

[...]

Assim que, considerando todo o corpo do Império Romano e todas suas empresas, os fortes dos Romanos foram os Cipiões, os Pompeus, os Césares, os Augustos; os fortíssimos foram os Espanhóis, e entre esses Espanhóis os fortíssimos dos fortíssimos foram os Portugueses. Não somos nós que o dizemos, senão o anjo que falava em Zacarias: [...].

Livro II

Em que se mostra que Império há-de ser este

Suposto, como deixámos assentado, que há-de haver no Mundo um quinto e novo Império, segue-se que digamos que Império há-de ser: e assim o faremos em todo este II Livro.

Que o Quinto Império é o Império de Cristo e dos Cristãos

Capítulo I

É conclusão certa e de fé que este Quinto Império de que falamos, anunciado e prometido pelos Profetas, é o Império de Cristo e dos Cristãos. Prova-se dos mesmos textos e profecias já alegadas, sobre as quais fundaremos tudo o que dissermos nesta história, para maior clareza e firmeza dela, pois não é cerzida de pedaços ou retalhos das Escrituras, senão cortada toda da mesma peça.

Primeiramente, aquela pedra que derrubou a estátua e desfez as quatro monarquias figuradas nos quatro metais, e depois cresceu e a sua grandeza ocupou e encheu toda a Terra, é Cristo, o qual em outros muitos lugares da Sagrada Escritura se chama Pedra. Ele foi a pedra que no deserto matou a sede aos filhos de Israel e os acompanhou até à terra da Promissão. Ele foi a pedra com que David derrubou ao gigante, em significação de que por meio e virtude de Cristo havemos de vencer o Mundo e o Demónio. Ele foi a pedra que viu Zacarias, e sobre ela sete olhos, *super lapidem unum septem oculi*, que são os sete dons do Espírito Santo, o qual infundiu todo e descansou sobre Cristo. Ele foi a pedra sobre que adormeceu Jacob, quando se lhe abriu o Céu e viu a escada; ele a pedra sobre que sustentou os braços levantados de Moisés, quando venceu os exércitos de Amalec; ele, finalmente, a pedra angular, a que uniu os dois povos gentílicos e judaico, e a pedra fundamental e provada sobre que se fundaram na Lei antiga a Igreja de Sion e na nova a do mesmo Cristo. Esta pedra pois foi a que, arrancada do monte, derrubou a estátua e desfez os quatro impérios dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos, para fundar e levantar o seu sobre todos eles. Assim o dizem conformemente neste lugar não só todos os Padres e expositores católicos, senão também os hereges e até mesmo Rabinos, os quais acertam em dizer que nesta pedra está profetizado o Reino do Messias, e erram somente em não serem que o Messias é Cristo.

Diz Daniel que esta pedra caiu de um alto monte, arrancada dele sem mãos. E este monte ou é o Céu e o seio do Eterno Padre, donde desceu Cristo quanto a divindade, como interpreta S. Ambrósio; ou é a nação hebraica, levantada naquele tempo como monte entre todas as outras nações do Mundo, da qual o Verbo se dignou tomar e unir a si a humanidade, como explica S. Agostinho; ou, finalmente, é a Virgem Maria, Senhora Nossa, sublimada como monte altíssimo sobre todas as criaturas, como a mais perfeita e excelente de todas.

[...]

A terceira visão de Zacarias confirma ainda com maior propriedade ser Cristo o Senhor deste Império. Já dissermos que a coroa ou coroas que foram postas sobre a cabeça de Jesus, filho de Josedec, significavam o mesmo Império Quinto profetizado por Daniel: e que seja Cristo o soberaníssimo Monarca que Zacarias viu

⁸ Trad.: *por toda a terra.*

coroar naquela figura, não só o confessa a Igreja Universal na aplicação deste lugar, e a opinião comum de todos os Padres e Doutores, senão ainda muitos hebreus, que sem ódio escreveram antes de Cristo.

[...]

Capítulo III

Pergunta-se se este Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser neste Mundo ou no outro

Deu motivo a esta questão, entre os Padres gregos, Teodoreto, e, entre os latinos, Tertuliano, os quais concordavam com a verdade da nossa *História* em dizerem com os demais que o Quinto Império é o de Cristo e dos Cristãos, mas que tem para si que há-de ser este Império no Céu e não na Terra. Fundam a sua opinião nas mesmas visões de Daniel, desta maneira:

Antes que a pedra cortada do monte (que é Deus e o seu Império) crescesse a toda aquela sua grandeza (diz Teodoreto), já todos os outros reinos e impérios do Mundo estavam derrubados e caídos, já o vento os tinha levado pelos ares, desfeito em pó e em cinza, e já tinham desaparecido totalmente do Mundo, sem haver mais que a memória deles, nem se poder achar ou conhecer o lugar onde tivessem estado, [...]. Sendo logo certo como é que os reinos, cidades, repúblicas e impérios do Mundo se não hão-de desfazer em cinza, nem se hão-de acabar, senão quando se desfizer e acabar o mesmo Mundo na última ruína dele, segue-se que o Império de Cristo e dos Cristãos, de que fala Daniel, e aquela sua grandeza prodigiosa e que há-de crescer, não há-de ser neste Mundo, senão no outro.

Tertuliano, fundado na mesma visão, e muito mais na segunda, argumenta assim: Este Reino ou Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser Reino perpétuo, incorruptível e eterno, como dizem expressamente as palavras de ambos os textos: [...]. Os reinos deste Mundo todos de sua própria natureza são corruptíveis, e todos, por mais que durem e permaneçam, hão-de ter um com o mesmo Mundo, o qual é de fé que se há-de acabar. Logo, se o Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser perpétuo, incorruptível e eterno, clara e manifestamente se segue que não há-de ser império da Terra, senão do Céu.

Contudo, a sentença comum dos Santos, e recebida e seguida como certa de todos os expositores, é que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos profetizado por Daniel (qualquer que haja de ser) é Império da Terra e na Terra. E posto que os autores desta sentença mais supõem que aprovam, nós aprovaremos e demonstraremos com os textos das mesmas visões.

Daquela pedra que representava a Cristo e seu Império, diz Daniel, na primeira visão, que cresceu e se fez um monte tão grande que ocupou e encheu toda a terra. [...] Infiro agora assim: Esta pedra e este Império de Cristo, que derribou os outros impérios, cresceu? Logo, não é império do Céu nem depois de acabado o Mundo; porque o Reino e Império de Cristo, depois de acabado o Mundo, de nenhum modo há-de crescer nem pode crescer. Não há-de crescer nem pode crescer no número dos homens, porque, depois de acabado o Mundo e depois do Dia de Juízo, não há-de haver mais homens que vão ao Céu; não há-de crescer nem pode crescer na glória dos bem-aventurados, porque, desde aquele ponto, cada um há-de receber por inteiro toda a glória devida a seus merecimentos; e como se acabou o tempo de mais merecer, assim se acabou o tempo de mais alcançar. Logo, se o Reino de Cristo e dos Cristãos há-de crescer depois daquele tempo, e crescer a uma grandeza tão imensa, segue-se que esse crescimento há-de ser neste Mundo e não no outro. [...] Se a pedra, crescendo, se fez um grande monte, o qual grande monte encheu e ocupou toda a Terra, e este é o Império profetizado de Cristo, bem claro se mostra que é Império da Terra e não do Céu e que na Terra e não no Céu há-de ter toda esta sua grandeza.

Não negamos, porém, nem podemos negar que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de durar também com o mesmo Cristo e os mesmos Cristãos depois de bem-aventurados por toda a eternidade no Céu; mas nem por isso há-de deixar de ter na Terra a grandeza que nestes textos lhe é profetizada e prometida, antes a razão de haver de ter tanta grandeza no Céu é porque a terá primeiro na Terra, no Céu consumada e perfeita, como se deve ao estado do Céu. Desta maneira se concilia e concorda facilmente a opinião de Tertuliano e Teodoreto com a verdade da nossa; este é o mais ordinário sentir de todos os expositores de Daniel, os quais dizem que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser incoado na Terra e consumado no Céu, mas com tanta discrepância de tempos, como veremos em seu lugar, que agora só trataremos qual seja em comum o deste Império.

Os termos da segunda visão de Daniel ainda são (se podem ser) mais evidentes. [...] «O Reino ou Império que se há-de dar ao povo dos Santos do Altíssimo, que são os Cristãos, é o poder e grandeza de todos os reinos que há debaixo do Céu.»

Podia-se dizer cousa mais clara? Parece que estava antevendo Daniel que havia de haver quem interpretasse esta sua visão em diferente sentido do que ele a escrevia, dizendo que este Reino havia de ser no Céu e não na Terra, pois, posto se entenda e saiba que não é assim, adverte e nota sinaladamente o Profeta que não é Reino do Céu, senão de debaixo do Céu: [...].

Capítulo III

Se este Império de Cristo no Mundo é espiritual ou temporal

Assentado, como acabamos de resolver, que este Império de Cristo e dos Cristãos, de que falam as profecias alegadas, é principalmente o da Terra e não o do Céu, ainda nesta suposição nos resta averiguar um ponto de grande importância e de cuja decisão depende o maior fundamento de todo este nosso discurso. Porque este Império de Cristo, que dizemos há-de ser na Terra, ou pode ser espiritual ou temporal: espiritual como o que hoje tem o Sumo Pontífice, cujo poder e jurisdição se ordena a governar os fiéis membros e súbditos da Igreja, a conseguir a bem-aventurança, que é o último fim do homem; temporal, como o que têm os príncipes católicos sobre os seus reinos e províncias, que se dirige a governar os vassallos por meio de leis prudentes e justas, que é o fim particular de todas as comunidades humanas, dos Cristãos católicos, em quanto este fim particular e mediato se ordena ao último fim.

Isto posto, perguntamos agora se este Império de Cristo há-de ser espiritual ou temporal; e começando pela conclusão em que não há resistência nem dificuldade, diremos primeiramente que este Império de Cristo (o qual não há-de ser diferente do que hoje é, senão quanto ao modo como em seu lugar veremos) é império espiritual. Assim o ensinam e ensinaram sempre conformemente todos os Padres e Doutores da Igreja, todos os teólogos antigos e modernos, e todos os expositores de ambos os Testamentos, e se demonstra com o mesmo mistério da Encarnação e fim com que Cristo veio ao Mundo, e com a doutrina e ações de sua vida e morte.

Porque, se perguntarmos aos Evangelistas (deixando o testemunho das outras Escrituras) que fez Cristo e que ensinou com a palavra e com o exemplo, desde o dia em que nasceu até à hora em que expirou na cruz, dir-nos-ão que veio ensinar aos homens a ciência da saúde e salvação; que veio ser luz do Mundo e alumiar os que vêm a ele; que veio lançar fogo na terra, para que se acendesse nela a claridade que tão apagada estava; que veio encher e informar a lei e animar a letra com o espírito; que veio vencer o demónio e lançá-lo do Mundo, onde reinava e se intitulava príncipe; que veio apartar os pais dos filhos e os filhos dos pais, para que a graça prevalecesse contra a natureza e o amor de Deus pudesse mais que o do sangue; que ensinou o desprezo das riquezas, os interesses da esmola, o perdão das injúrias, a verdadeira amizade com os inimigos, a virtude da humildade e a da castidade, uma não usada, outra não conhecida no Mundo, que pregou o Reino do Céu, a eternidade do Inferno, o rigor do juízo, o preço e immortalidade da alma; finalmente, que abriu sete fontes de graça e ou que instituiu sete sacramentos perpétuos e ficou Ele conosco perpetuamente em sacramento; que nos lavou com o seu sangue, que morreu por nós, e que nos deixou o seu amor e o nosso contentamento.

Sendo, pois, estas as ações daquele Senhor a quem antes de vir ao Mundo todos os profetas chamaram Pai, e em seu nascimento foi aclamado Rei e em sua morte intitulado Rei; e sendo todas elas ordenadas só à salvação e perfeição dos homens e dirigidas e encaminhadas ao Céu, cujo reino lhes pregou e prometeu sempre, e estando até aquele tempo fechado, lho abriu e mereceu com seu sangue; que maior sentimento se pode desejar, nem que maior demonstração ou evidência de ser o Reino e Império deste santíssimo e soberaníssimo Rei, Reino e Império espiritual?

Foi Reino e Império espiritual no fim e causas de sua instituição, espiritual nas leis, espiritual no governo, espiritual no uso, nas execuções e no exercício; e suposto que dizemos há-de ser sempre o mesmo (nem é decente nem seria crível outra cousa), em qualquer tempo futuro será e há-de ser também espiritual.

Não alegamos aos autores desta doutrina, assim por serem todos, como dissemos, como porque alegaremos muitos no capítulo seguinte.

Capítulo IV

Examina-se se o Reino e Império de Cristo é também temporal. Refere-se a opinião negativa

O império e domínio temporal é certo que de sua natureza não exclui nem implica com o temporal, de modo que um outro domínio bem pode sem repugnância alguma convir e ajustar-se no mesmo sujeito. Assim vemos que o Sumo Pontífice, tendo o domínio espiritual de toda a Igreja, é também senhor e príncipe temporal do estado que chamam eclesiástico; em Alemanha, três dos eleitores do Império são príncipes eclesiásticos e senhores temporais de seus estados; e, no nosso reino, o Arcebispo primaz é juntamente Bispo e Senhor de Braga.

Suposto pois que o Reino e Império de Cristo seja espiritual, como acabamos de resolver, resta examinar agora se é também império temporal. Muitos e graves teólogos seguem de tal maneira a parte negativa que exclui totalmente do Império de Cristo toda a jurisdição, poder e domínio temporal, e somente lhe concedem ou admitem nele o puramente espiritual; bem assim como aquele que os príncipes eclesiásticos têm sobre suas igrejas ou ovelhas (posto que por modo mais sublime e excelente), mas de nenhum como aquele que os senhores e príncipes seculares têm sobre seus estados e vassallos.

[...]

De que servia a Cristo (dizem) o nome ou jurisdição de Rei temporal do Mundo, se ele vinha, como vimos, a confundir com seu exemplo o mesmo Mundo, os mesmos reis e as mesmas temporalidades? Se a perfeição cristã que Cristo veio ensinar aos homens consistia em deixar tudo e seguir em pobreza e humildade a Cristo pobre e humilde, como dizia com esta renúncia de todos os bens, honras e haveres do Mundo, o domínio, o império, a majestade de todo ele? E se esta majestade, este império e este domínio não havia de ter (como nunca teve com Cristo) uso ou exercício público, e havia de estar sempre oculto e encoberto aos homens, não seria maior autoridade, maior exemplo e ainda maior circunstância de perfeição saber-se que o renunciara Cristo, podendo tê-lo, que dizer-se que o tivera e conservara, e ainda que o pedira, como alguns dizem? Com que liberdade ou com que confiança havia de aconselhar ou mandar Cristo a certo mancebo que, se queria ser perfeito, deixasse o domínio das suas herdades, se no mesmo tempo o mestre desta perfeição retivesse o domínio de toda a Terra? Para que se há-de admitir logo o nome deste Império temporal em Cristo, se nem para o decoro da pessoa, nem para o fim do ofício, nem para o exemplo da doutrina era necessário, e para o exercício e uso que nunca teve realmente inútil e ocioso?

[...] Logo, se não foi Rei temporal, nem por sucessão natural, nem por eleição humana, nem por doação ou nomeação divina, bem se conclui que o Reino e Império de Cristo, tão celebrado nas Escrituras, de nenhum modo foi nem pode ser temporal, senão espiritual, e somente qual acima dissemos.

Os Padres que isto disseram e seguiram querem alguns que sejam todos. [...] Advirta-se, porém, para crédito de Maldonado e nosso, que os teólogos que hoje têm maior fama nas escolas, quando ele escreveu, ainda não tinham escrito.

Capítulo V

Propõe-se e defende-se a opinião afirmativa

Se escrevêramos menos há [há menos] de cem anos, porventura que não puséramos aqui tão confiadamente este capítulo. Mas, como disse S. Gregório, e antes dele o Sábio, quanto a Igreja mais cresce, mais se alumia, e o que nos tempos passados é duvidoso, nos futuros se sabe, a opinião do Reino temporal de Cristo e da Conceição imaculada de sua Mãe se acompanharam no mesmo tempo na mesma fortuna, e ambas ao fim, se não têm ainda triunfado, já têm vencido. [...]

Quando chamamos Império temporal ao de Cristo, não queremos dizer que é o seu Império sujeito às mudanças e inconstâncias do tempo, nem que receba a grandeza e majestade da pompa e aparato vão das cousas exteriores do Mundo, a que o mesmo Mundo quando fala com mais siso chama com razão temporalidades; e isto é só o que negam as Escrituras, isto o que não admitem os Padres, e isto o que explicou o mesmo Cristo, quando disse: *Regnum meum non est de hoc mundo*.

O Império que dão ou reconhecem em Cristo os que admitem e veneram nele o nome de temporal é um domínio soberano e supremo sobre todos os homens, sobre todos os reis, sobre todas as cousas criadas, com poder de dispor delas a seu arbítrio, dando e tirando reinos, fazendo e desfazendo leis castigando e premiando, com jurisdição tão própria e directa sobre todo o Mundo como a que os reis particulares têm sobre seus vassallos e reinos, antes com muito maior, mais perfeito e mais excelente domínio, não dependente como eles das criaturas, mas absoluto soberano, sublime e independente de todos.

[...]

E para que demonstremos a verdade desta nossa crença, e do império temporal de Cristo, pelos mesmos princípios e fundamentos da opinião contrária, e os vamos juntamente impugnando e desfazendo, seja o primeiro o testemunho das mesmas Escrituras alegadas, em que Cristo tão repetida e expressamente é chamado Rei por boca de todos os Profetas antigos. A que podemos acrescentar o do maior Profeta da Lei da Graça, S. João Evangelista, em dois lugares do Apocalipse, em que chama a Cristo Príncipe dos reis da Terra e Rei dos reis e Senhor dos senhores, no capítulo I, *Princeps regnum terrae*, e, no capítulo XIX, *Rex regnum et Dominus dominantium*. Os quais textos e todos os mais se não podem entender própria e naturalmente senão do Reino temporal de Cristo, porque o contrário devia fazer manifesta violência à significação da palavra Rei, a qual em toda a Escritura Sagrada significa Rei temporal; e se é regra certa, como ensina S. Agostinho, que as palavras da Sagrada Escritura se não hão-de interpretar em sentido metafórico e figurativo, senão quando, se se entenderem na sua significação própria e natural, se seguisse algum grande inconveniente ou absurdo contra a doutrina da mesma Escritura recebida pela Igreja, os mesmos nomes de Rei e Reino, tantas vezes celebrados e cantados pelos Profetas, falando do Império de Cristo, nos obrigam a conceder e confessar que em toda sua propriedade significam Rei e Reino temporal, pois se não segue de assim o entendermos inconveniente algum ou dissidência contra aquela grandeza e majestade de Cristo, antes muita honra, glória e autoridade, sua e da Igreja, como neste capítulo se irá vendo, quando respondermos a estas leves objecções da parte contrária.

A esta confirmação geral da significação da palavra Rei acrescenta o Padre Soares outra, que é própria da pessoa de Cristo, e que eficazmente convence o sentido em que se deve tomar a mesma palavra. Porque o Reino espiritual de Cristo se distingue do Sacerdócio do mesmo Cristo, e consta das Sagradas Escrituras, como prova S. Agostinho no Tratado XXII sobre S. João, e nós mostraremos largamente no capítulo seguinte, que o Reino e o Sacerdócio em Cristo são dignidades e jurisdições distintas. Logo, se o nome de Supremo Sacerdote significa o Reino e Império espiritual, segue-se que o de Supremo Rei significa o temporal.

Finalmente, o mesmo Cristo, antes de subir ao Céu, deixou dito e publicado ao Mundo que seu Eterno Pai lhe tinha dado todo o poder no Céu e na Terra: *Data est mihi omnis potestas in Caelo et in Terra*. E quem diz todo, seguindo as regras do direito, nenhuma cousa exclui. Teve logo Cristo o império espiritual, que é o que mais propriamente se chama império no Céu, e teve juntamente o império temporal, que é o que com toda a propriedade se chama império na Terra, porque de outra maneira se não pode dizer nem entender, sem manifesta implicação, que tivesse ou tenha Cristo todo o poder, pois lhe faltaria nesse caso o poder temporal, que é uma tão grande parte desse todo.

[...]

E, começando pela profecia de Zacarias, já vimos que a coroação de Jesus, filho de Josedec, significa a dignidade suprema do Império de Cristo. Agora, pergunto: porque foi coroado não com uma, senão com duas coroas, e porque uma delas foi de prata e outra de ouro?

A razão, não mística, senão literal, dizem comumente os expositores que foi porque Cristo não teve uma só coroa, senão duas: uma como Supremo Sacerdote, que pertencia ao Império espiritual; e outra como Supremo Rei, que pertencia ao temporal. E, por isso, não eram ambas de ouro, ou ambas de prata, senão uma de prata e outra de ouro, para significar a diferença e preço daqueles dois impérios ou jurisdições; e que o império espiritual significado no ouro era mais alto, mais precioso e mais sublime que o império temporal.

E quanto ao império temporal, em que só podia haver dúvida, que maior prova se podia desejar que a da estátua de Nabuco, cujos metais desfez a pedra em pó e em cinza? Porque, se é certo (como é de fé) que aqueles quatro metais significavam quatro impérios sucessivos, e impérios verdadeiramente temporais, bem se segue que a pedra que os derrubou e desfez, figura do Reino e Império de Cristo, não só significa Império espiritual, senão também temporal, porque só impérios temporais se derrubam, arruinam e desfazem uns aos outros, o que não faz nem pode fazer o Império espiritual.

[...]

Finalmente, como consta do mesmo texto de Daniel, o império do Filho do Homem ou de Cristo naquela visão é o mesmo Império universal que hão-de ter os Cristãos na Terra, no qual Império hão-de entrar e ser incorporados todos os reis e reinos do Mundo. Como se pode logo duvidar que este imenso e portentoso Império, composto de todos os impérios, de todos os reinos e de todas as repúblicas temporais, posto que seja espiritual e espiritualíssimo, não haja de ser também temporal? Este é, e este o Reino e Império de Cristo, tão cantado e celebrado nos oráculos dos Profetas, pelo qual se intitula com toda a propriedade *Rex regnum et dominus dominantium*; e assim como a palavra *regnum* e *dominantium* é sem dúvida que significa reis e senhores temporais, assim a palavra *rex* e *dominus* significa rei e senhor também temporal, para não admitirmos, com manifesta violência da Escritura e repugnância do entendimento, que na mesma sentença e na mesma palavra se varia o sentido e suposição dela, e que *rex* e *dominus* têm uma significação e *regnum* e *dominantium* outra. E se nos lugares da Escritura alegados pelos autores da opinião contrária, e em outros que também lhes pudéramos ajuntar, parece que o domínio real de Cristo se limita e determina ordinariamente a fins e obras espirituais, de nenhum modo se enfraquece com este indício ou argumento a verdade da nossa sentença, antes com ela se confirma e estabelece mais, porque nós não dizemos que o Reino e Império de Cristo é espiritual, senão que é espiritual e temporal juntamente, conhecendo e tendo pela maior excelência deste felicíssimo Reino, que não só em quanto espiritual, senão ainda em quanto temporal, se ordena ao fim último e sobrenatural da bem-aventurança, pois esse Reino e não outro é o que há-de ser eterno e glorioso no Céu, como dizem as palavras tão repetidas do nosso texto, e isto é ser império de Cristo e dos Cristãos; e nisto se distingue dos reinos meramente políticos e humanos, porque estes têm por fim a conservação e felicidade da Terra, e o de Cristo e dos Cristãos a do Céu.

[...]

Capítulo VII

Conclui-se que o Reino de Cristo é espiritual e temporal juntamente

Recolhendo tudo o que tão largamente temos disputado (que foi necessário ser tão largamente) e reduzindo a concórdia quanto pode ser as opiniões de todos os Doutores, posto que alguns pareçam entre si contrários, diremos por última conclusão que o Império de Cristo é juntamente espiritual e temporal, e que, segundo estas

duas jurisdições, ambas supremas, se compõem a coroa de Cristo, Sacerdote Supremo, e outra coroa de universal Senhor e Legislador *in temporalibus*, segundo a qual se chama propriamente Supremo Rei.

Este é o Reino universal que Daniel veio dar ao Filho do Homem (que é Cristo), e este o Reino que Nabucodonosor também tinha visto encher o Mundo, posto que não viu nem lhe foi mostrado a quem se havia de dar. Este é o que viu mais distintamente que todos Zacarias na sua terceira visão; porque Nabucodonosor viu somente o Reino e sua grandeza, Daniel viu o Reino e a pessoa que o havia de dominar, e Zacarias viu o Reino e a pessoa, e o número e distinção das coroas. Torno a repetir o texto e suponho a história, pois fica contada no I Livro.

Para maior inteligência desta matéria havemos de supor que, deste tempo da Lei da Natureza, andou sempre o morgado temporal unido com o sacerdócio, e um e outro vinculado aos primogénitos. Estas eram aquelas bênçãos tão celebradas e tão pleiteadas que os Patriarcas davam a seus filhos, como foi a que Abraão deu a seu primogénito Isaac, e a que Isaac quis também dar a seu primogénito Esaú, e por indústria de Rabeça foi dada a Jacob. Conforme a este direito de sucessão, havia de dar também Jacob a seu primogénito Ruben a mesma bênção, mas, em castigo da irreverência que tinha cometido contra o tálamo de seu pai, foi privado dela, como lhe disse o mesmo Jacob: [...].

Desde este tempo se dividiram estas duas dignidades que haviam de estar juntas no morgado ou maioria de um só império (*major in império*) e o reino e o sacerdócio, que havia de andar encabeçado no primogénito de Ruben, se repartiu em dois filhos do mesmo Jacob, que foram Judá e Levi, ficando em Judá a bênção do reino, e em Levi a do sacerdócio, como depois se cumpriu, porque na instituição do Tabernáculo, que precedeu ao Templo, foi ungido por sumo sacerdote Arão, que era da tribo de Levi, e na instituição do reino, depois de o perder Saul, foi ungido por rei de Israel David, que era da tribo de Judá.

Nestas duas descendências de Arão, da tribo de Levi, e de David, da tribo de Judá, se conservou sempre o reino e sacerdócio, até que a tiara e a coroa, ou estas duas coroas, se uniram outra vez em Cristo, Supremo Sacerdote e Supremo Rei, e de ambos se compõe o império (assim o natural como o figurativo) que Ruben tinha perdido, *prior in donis, major in imperio*. Daqui se entende maravilhosamente o mistério da ascendência e primogenitores de Cristo, os quais, como consta do I capítulo de S. Mateus e do III de S. Lucas, foram reis e sacerdotes, unindo-se por verdadeira geração no sangue santíssimo de Cristo e sua mãe a tribo real de Judá e o sacerdotal de Levi, como gravemente notou e expressamente disse S. Agostinho no livro II de *Consensu Evangelisarum*, capítulo II. [...]

De maneira que ordenou a Providência Divina que na geração e ascendência de Cristo se tecesse a tribo sacerdotal de Levi com a tribo real de Judá, e que a tela de que se havia de vestir o Verbo, quando se desposou com a natureza humana, fosse lavada de coroas e de tiaras, para que visse o Mundo que, ainda a título de geração natural, era ele o herdeiro legítimo do reino e do sacerdócio, como direito descendente daqueles sacerdotes e daqueles reis que só eram feitos por Deus; o qual mistério (para maior propriedade e majestade dele) se observou até nos escritores da mesma genealogia de Cristo, porque dos quatro animais do carro de Ezequiel que significam os quatro evangelistas, a S. Mateus, que escreveu a geração real, pertence o homem, que é o rei dos animais; e a S. Lucas, que escreveu a geração sacerdotal, pertence o boi, que é o animal do sacrifício, como, depois de S. Jerónimo e S. Gregório Papa, notam comumente todos os Doutores.

O nome de *Cristo* e de *Messias*, com que o mesmo Senhor foi chamado e conhecido, antes e depois de vir ao Mundo, foram duas firmas ou assinados públicos de um e outro império sacerdotal e real, temporal e espiritual, entre si unidos. Porque *Messias*, que é nome hebreu, e *Cristo*, que é nome grego, ambos têm a mesma significação, como diz S. João no capítulo I; [...]. Um e outro nome, assim o de Cristo como o de Messias, quer dizer *ungido*, e chama-se Cristo *ungido*, porque foi ungido por Rei e Sacerdote Supremo.

Três ofícios achamos na Escritura Sagrada, que se davam com a cerimónia da unção: o de rei, como *ungido*, e chama-se Cristo *ungido*, porque foi ungido Arão, e o de Profeta, como foi ungido Eliseu, e com todas estas unções foi ungido Cristo. Da unção de profeta já dissemos no capítulo VII do I Livro. A de Rei e a de Sacerdote Supremo, que eram as duas maiores, são aquelas por que Cristo principalmente se chama *ungido*, não porque fosse ungido com aquela cerimónia exterior com que os reis e sacerdotes eram ungidos por mãos dos homens, senão pela unção interior, com que o mesmo Deus o ungiu na união da divindade com a humanidade, como acima dizíamos.

[...]